

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## ESTUDOS SOBRE A ALDEIA DA GLÓRIA, SALVATERRA DE MAGOS.

RIBEIRO, Margarida

Ano: 1963 | Número: 73

---

### Como citar este documento:

RIBEIRO, Margarida, Estudos sobre a aldeia da Glória, Salvaterra de Magos. *Revista de Guimarães*, 73 (3-4) Jan.-Jun. 1963, p. 24-82.

---

Casa de Sarmento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# Estudos sobre a Aldeia da Glória

## (Salvaterra de Magos).

Por MARGARIDA RIBEIRO.

Do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. Da Sociedade de Geografia de Lisboa (Secções de Arqueologia e Etnografia).

### I

## Características geográficas da região. Tempos pré-históricos. Notícia histórica.

---

### Características geográficas da região.

No Ribatejo do Sul, a 16 Km a E.N.E. de Salvaterra de Magos, em cujo concelho estão incorporados actualmente, situam-se os 10 mil hectares de terra onde os glorianos assentaram seus arraiais de morada e suas cortes de gado.

Com bruscas elevações e vales irregulares que as torrentes do Inverno abriram e fenderam, esses 10 mil hectares são caracterizados por uma constituição geológica pobre, nos quais as espécies vegetais de grande porte e a gama de arbustos pertencem ao tipo xerófilo da charneca.

O solo pleistocénico, constituído por sedimentos clásticos móveis, de precipitação neptuniana, tem a característica do período quaternário inferior, sendo abundante em calhau rolado (quartzite siliciosa granular), areias grosseiras, saibros, alguns depósitos argilosos (argila marnosa corada), e algumas vasas.

Estes sedimentos dispõem-se irregularmente, sem transição, não sendo possível localizar, geograficamente, zonas distintas.

Cerca de  $2/3$  da área total são constituídos por calhau rolado, cascalho e areias; o terço restante compõe-se de camadas irregulares de argila e areia fina ou mais grosseira, e de algumas vasas ferruginosas.

Ao tipo de solo incluído neste último terço dá o povo o nome de «terra mista» ou «ensaloadá», empregando-a na pavimentação das habitações.

O solo constituído por calhau rolado, saibro e areias verifica-se na Serra da Folga, Serra da Caveira, Serrão, Vale Semeia Cevada, Vale Caldo, Serra do Trancão e Serra do Carril; a «terra mista» observa-se nos seguintes lugares: Laranjos, Carvoeiro, Cabeço do Junco, e uma parte das Sesmarias, dos Bebedouros, das Salgueirinhas e do Vale Figueira.

O sobreiro e o pinheiro desenvolvem-se espontaneamente nos locais de solo mais rico. O eucalipto foi introduzido há cerca de 25 anos, verificando-se que o carvalho se encontra totalmente desaparecido da área gloriana (1).

As duas primeiras espécies constituem o arvoredo silvestre, que atesta a sucessão das idades. A oliveira, a laranjeira, a figueira e outras espécies frutíferas denunciam, em rápida observação, dada a exiguidade do porte, os tipos arbóreos adaptados e introduzidos em época tardia.

---

(1) Desenvolvendo-se em zonas húmidas e frias, o carvalho não devia ter abundado no termo desta povoação, constituído, na maior parte, por elevações arenosas e secas. Os exemplares que ali conhecemos foram abatidos na ocasião em que se procedeu à surriba para edificação das várias dependências da Sociedade Anónima de Rádio-Transmissão, ali existente.

Vários documentos do séc. XIV provam a existência desta espécie nos concelhos de Coruche, Muge, Benavente e Salvaterra.

Actualmente, verificámos que o carvalho subsiste apenas junto da Ribeira da Lamarosa, dentro das terras da Casa Cadaval, e em Coruche, na estrada da Erra, junto da Ermida de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Nazaré, notando-se alguns exemplares dispersos nas vertentes da margem esquerda do Sorraia, no termo de Coruche.

Em Benavente e Salvaterra, não conhecemos nenhum lugar onde o carvalho tenha resistido, embora um depoimento do séc. XVIII nos confirme que, naquela data, o arvoredo silvestre destes concelhos era constituído, somente, por alguns sobreiros (Benavente) e por salgueiros (Salvaterra), inferindo-se que, neste século, a espécie havia desaparecido já dos termos respectivos.

As espécies arbustivas espontâneas, ainda persistentes, são as seguintes, encontrando-se no lugar designado por Bebedouros e nas zonas não cultivadas:

Sargacinha de flor azul, tojo, sargaço, alecrim, rosmarinho, camarinhas de baga branca (1), esteva, marganiça, tairó, urze, carqueja, giesta, tojo gatanho, lentisco, trovisco de baga vermelha, murtinheira (2), aroeira, silvas (3), carrapiteiros de flor branca e medronheiros (4).

Não existem, nesta área, correntes de carácter permanente, sendo as temporárias de natureza pluviosa. A maior abundância das águas esgota-se para o Vale do Coelho, integrado na bacia hidrográfica da Ribeira de Muge. Todavia, afloram, à superfície, pequenas nascentes, que inundam alguns terrenos baixos de constituição geológica mista. Às nascentes dá o povo o nome de *genugadoiros* e as terras inundadas são designadas por *alagoas*. É fácil, contudo, fazer a captação de água pela prática de abertura de poços, o que nos prova a existência de níveis aquíferos e de camadas impermeáveis e argilosas, deformadas ou fracturadas por fenómenos de diastrofismo, em virtude da profundidade de captação ser muito variável. A água é mais ou menos salobra.

(1) O fruto desta espécie é aproveitado, ainda hoje, nesta aldeia, em virtude do sabor adocicado que tem. São geralmente as crianças que o colhem e o consomem.

No séc. XVI, era um fruto muito apreciado pelo povo. (Cf. Gil Vicente, *O Juiz da Beira*, in «Obras», Lisboa, 1852, tomo II, p. 175.

(2) Existem três espécies de murtinheira, nesta zona, facilmente reconhecíveis pelo aspecto do fruto. Há a murtinheira de fruto comprido, seco e insípido, a murtinheira de fruto pequenino e amargo e a murtinheira de fruto carnudo e doce («murtinhos»). Esta espécie é comestível, constituindo, na época própria, um divertimento para as crianças que o vão colher, comendo-o com pão.

No Alto-Alentejo, é utilizado como alimento e como aromatizador da aguardente.

(3) O fruto das silvas é também comestível, sendo aproveitado pelos habitantes da Glória.

No Alto-Alentejo e na Ilha Terceira é empregado na preparação de uma compota de sabor agradável.

(4) Nesta aldeia, os medronhos são utilizados em bebidas.

No Alto-Alentejo (Figueira e Barros, Ervedal, Cano e Fronteira), verificamos o seu emprego na preparação do fermento que se junta à massa do pão de trigo.

Em consequência das baixas temperaturas, durante o Inverno, caem geadas fortes, durante a noute. Todavia, a formação de gelos apenas se observa ocasionalmente, constituindo placas pouco espessas, nos vales do Carvoeiro e do Serrão.

Com ventos dominantes do Quadrante Norte, a área da Glória, em virtude da altitude a que se encontra, é muito saudável e pouco propícia à propagação de doenças de carácter endémico ou epidémico.

Muito dividida, a terra é cultivada segundo um processo antiquado, de acordo com as necessidades da família.

Cultiva-se o milho, o trigo (temporão «mocho»), o centeio e a vinha, reservando-se o solo mais fresco e rico para as espécies hortícolas.

Para se apreciar o montante da colheita do trigo, nesta zona, na qual se faz mais uso da enxada do que da charrua, basta que nos lembremos de que em anos excepcionais de safra, apenas cobre dez sementes, não chegando a cobrir duas, nos anos contrários.

Muito lento, em virtude da rusticidade do solo e do restrito desenvolvimento agrícola, durante os primeiros séculos, o arroteamento devia ter encontrado maior obstáculo na resistência do mato, constituído por espécies de grande porte, dadas as condições climatéricas excelentes para o seu desenvolvimento.

Os documentos relativos a esta aldeia falam-nos da existência de matas constituídas por sobreiros e carvalhos, nos termos dos concelhos de Santarém, Muge, Salvaterra, Benavente e Coruche.

Na área da Glória deveria abundar o mato de grande porte, não sendo raro, em documentos antigos, tomar-se aquela designação para referir extensas parcelas incultas.

Da leitura do texto do documento de 1364 (a. D.), cuja transcrição incluímos neste tentâmen (Doc. n.º 1), deduz-se que a autorização régia que permitiu ao povoador a livre recolha de madeira de sobreiro e de carvalho, nos termos dos concelhos ali referidos, se baseava exactamente na escassez desse arvoredado na área do lugar.

As grandes charnecas do alfoz de Santarém, na margem esquerda do Tejo, só nos fins do séc. XIII começaram a ser reduzidas a cultura, surgindo aí, em consequência dessa medida, as póvoas de Salvaterra e Muge.

Contudo, alguns documentos tardios confirmam-nos a existência de tractos ainda não surribados, nessa extensão, aludidos na proibição que visava a colheita de lenha e preparação de carvão de raiz de cepa (= *torgã*), como medida de protecção às castas zoológicas ali existentes.

O cervo comum, cuja presença foi progressivamente aumentando com o desaparecimento da rena, nos tempos pré-históricos, foi vulgar em Portugal e supomos que tenha persistido, no termo da coutada real, até ao Séc. xv.

Nesta época existiam ali, como se infere da leitura de alguns documentos que adiante referiremos, o cervo, o corço e o zevro, também referidos nos forais antigos dos concelhos por cujos termos se alongava aquela coutada.

O corço, o zevro e o coelho deixaram assinalada a sua presença na toponímia rural do Ribatejo do Sul (1), como o cervo a deixou junto ao Tejo (2).

Na parcela territorial da Glória, situada na área mais rústica que se estende da Ribeira da Lamarosa à Barragem de Magos, o javali, o lobo, a raposa, o texugo e o coelho seriam as espécies mais características, nas épocas históricas, persistindo, actualmente, as três últimas.

Além da povoação constituída por um núcleo importante, localizado entre os cabeços do Moínho, da Tia Maria Mangra, da Arroteia, do Tio Caldeireiro, do Marcelino, da Folha, da Fava e das Pedras, existe um pequeno *habitat* disperso, de formação moderna, com tendência para se alargar.

Com seu casario muito branco a contrastar com o negro das cabanas que funcionam como anexos, a aldeia possui um carácter muito próprio, que a diferencia dos outros pequenos povoados ribatejanos.

---

(1) *Alto dos Corços* (Coruche), situado na extrema do concelho de Salvaterra, junto da Fajarda; *Vale do Zebro* (Salvaterra), localizado nas terras da Barragem de Magos, entre o Freixo e o lugar de Sivadouro; *Vale do Zebro*, dito *Zevro*, na linguagem regional (Lamarosa — Coruche); *Vale do Zebrinho* e *Foros do Zebrinho* (Coruche); e *Coelhos*, na margem direita do Sorraia, entre o Monte das Figueiras e o Culmieiro.

(2) *Lextria dos Cervos* (Azambuja). Cf. Carta da Coutada dos Paús de Santarém, Chanc. de D. João I, livro 3.º, fol. 104 v.

### Tempos pré-históricos

Na estação da Glória, descoberta por H. Breuil e G. Zbyszewski (1), foi-nos dado encontrar mais alguns achados arqueológicos, cuja descrição inserimos, no propósito de alargar o conhecimento que dela possuímos.

Além dos lugares referidos no estudo publicado por aqueles Autores e no ensaio que apresentámos numa das sessões de trabalho do I Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Lisboa no ano de 1958, comunicamos a existência de mais três jazidas de indústria paleolítica, o que nos permite fazer a correção e adicionamento ao nosso anterior tentâmen.

Estas jazidas encontram-se a norte da povoação, respectivamente a 1,5, 2 e 3,5 Km de distância e a cerca de 4 e 5,5 Km da jazida descrita por H. Breuil e G. Zbyszewski.

Na mais próxima, a *Sesmaria do Aurélio*, situada a poente da Lagoa das Enguias, recolhemos 8 peças; na segunda, localizada na *Sesmaria Antónia*, cuja extensão é atravessada pela estrada da Fêcheira, recolhemos 37; e no *Cabeço do Bode* recolhemos 19.

Empregámos o método tipológico, embora o estudo das formas seja apenas válido quando aplicado em complemento do método estatigráfico.

Em virtude de termos recolhido as peças durante a remoção provocada pela lavra e pela cava das terras, iniciámos o nosso estudo com a descrição geográfica do lugar, preocupando-nos com a influência exercida pelo meio, não só na primitiva, como na população histórica e na actual.

Embora não seja possível suprir deficiências fundamentais, tentámos, ainda que imperfeitamente, dar algumas notas subsidiárias que possam auxiliar-nos a estruturar um juízo.

---

(1) *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 1945, tomo XXVI, p. 463.

As jazidas apresentam um aspecto dismantelado, com uma mistura de peças com características técnicas de indústrias diversas.

Não encontramos restos ósseos ou antropólitos.

Trabalhados sobre quartzites, os instrumentos foram agrupados em séries, segundo o método tipológico usado na classificação dos espólios de superfície.

Este material foi adquirido pelo Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, encontrando-se exposto no pavimento inferior, armário n.º 43.

### I—*Acheulense*

Esta indústria encontra-se muito representada, tendo-se recolhido, nas jazidas mencionadas, 25 instrumentos que apresentam uma pátina bastante acentuada e alguns vestígios eólicos.

Com predominância do biface, obtido geralmente da metade de um seixo ou de uma grande lasca clactonense, estes achados têm a seguinte proveniência: *Sesmaria Antónia*, 14 peças; *Cabeço do Bode*, 8; e *Sesmaria do Aurélio*, 3.

Passamos a descrever as peças, cujas características merecem referência:

— Núcleo ovóide de coloração antiga, talhado à volta até cerca de  $2/3$  da superfície periférica, apresentando algumas facetas com acentuados vestígios de vento. Comp. 62 mm; larg. máx. 51 mm; esp. máx. 42 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 1, n.º 1).

— Disco de anverso cónico obtido por meio de duas facetas feridas do vértice até à base, com outra pequena faceta à direita. O verso apresenta, em toda a superfície, cinco facetas de arestas salientes, e uma outra sobre o ângulo remontante. Parte da superfície do instrumento apresenta-se muito esfolhada, mostrando ainda uma coloração vermelha e acastanhada que denuncia um enterramento temporário que protegeu cerca de  $2/3$  da superfície cónica e pouco mais de  $1/2$  do

verso. Diâmetro long. 73 mm; diâmetro transv. 67 mm; esp. máx. 41 mm. Proveniência: *Cabeço do Bode* (Fig. 1, n.º 2).

— Seixo truncado plano-convexo, muito rolado e danificado, apresentando, no extremo superior, três facetas formando ângulo remontante, e esmagamento da base. Peça muito antiga que teria servido de percutor e que, pela pátina e pelos vestígios eólicos, agrupamos no acheulense antigo da jazida. Diâmetro long. 81 mm; diâmetro transv. 73 mm; esp. máx. 57 mm. Proveniência: *Cabeço do Bode* (Fig. 1, n.º 3).

— Biface obtido de uma grande lasca, por meio de duas grandes facetas, à direita e à esquerda do ângulo superior, descendo a segunda abaixo da parte média do córtex. A peça apresenta, no verso, o bolbo da grande lasca de que foi talhada, vestígios de forte erosão eólica, sinais de uso e algumas falhas acidentais recentes, na periferia. Comp. 97 mm; larg. máx. 59; esp. máx. 29 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 1, n.º 4).

— Biface que conserva, no verso, a superfície média longitudinal do seixo. Instrumento obtido por meio de numerosas facetas irregulares, apresentando sinais de uso e de vento, vestígios de rolamento e algumas falhas acidentais recentes. Peça muito antiga, em virtude da pátina e da irregularidade que apresenta na periferia. Comp. 164 mm; larg. máx. 93 mm; esp. máx. 45 mm. Proveniência: *Cabeço do Bode* (Fig. 1, n.º 5).

— Instrumento cordiforme trabalhado, à esquerda, por meio de duas grandes facetas, apresentando sinais de retoque sobre as arestas mais salientes. Na base e na parte superior do anverso, apresenta duas facetas de outra idade, que denotam o aproveitamento posterior deste utensílio. O verso foi trabalhado, em toda a superfície, por meio de várias facetas irregulares. A peça encontra-se muito eólicizada. Comp. 124 mm; larg. máx. 109; esp. máx. 57 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 1, n.º 6).

— Biface, apresentando o córtex, à direita, até cerca de  $1/2$  da superfície e duas grandes facetas, à

esquerda, que descem até à base da empunhadura. A peça apresenta alguns vestígios de vento e rolamento e uma pátina amarelada ligeiramente manchada de roxo. Comp. 107 mm; larg. máx. 61 mm; esp. máx. 47 mm. Proveniência: *Cabeço do Bode* (Fig. 1, n.º 7).

— Uniface, de forma alongada e talão esférico, obtido por meio de três grandes facetas que descem até  $\frac{3}{4}$  da superfície, apresentando, na extremidade direita, um grande bolbo de percussão e sinais de retoque em toda a periferia. No verso, conserva toda a superfície natural do seixo, formando aresta remontante, com fracos vestígios eólicos na superfície trabalhada. Comp 172 mm; larg. máx. 83 mm; esp. máx. 67 mm. Proveniência: *Cabeço do Bode* (Fig. 1, n.º 8).

— Biface, de forma triangular, obtido da metade de um seixo. O instrumento apresenta a superfície natural, à direita, até cerca de  $\frac{2}{3}$  da superfície longitudinal, tendo o anverso trabalhado por meio de uma faceta superior e outras três, à esquerda, formando arestas irregulares, na base. Apresenta vestígios de retoque, de rolamento e alguns sinais de vento, com manchas ferruginosas em toda a superfície. Comp. 82 mm; larg. máx. 66; esp. máx. 37 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 1, n.º 9).

— Instrumento biface obtido de um seixo ovóide, conservando as arestas vivas das três grandes facetas e de uma outra faceta pequena, que teve por fim adelgaçar a ponta, tendo sido ferida sobre a aresta remontante. O anverso apresenta a superfície natural, até cerca de  $\frac{2}{3}$  da superfície, vestígios de retoque, sinais de uso e de erosão eólica, algumas manchas ferruginosas feitas por contacto e uma pátina acastanhada. Comp. 130 mm; larg. máx. 69 mm; esp. máx. 31 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 1, n.º 10).

— Biface, assimétrico, talhado sobre uma grande lasca, mostrando, no verso, acima da linha média transversal, um grande bolbo de percussão. Foi obtido, à esquerda, por meio de duas grandes facetas que atingem  $\frac{2}{3}$  da superfície total, apresentando sinais de retoque, na periferia, e algumas falhas acidentais recentes,

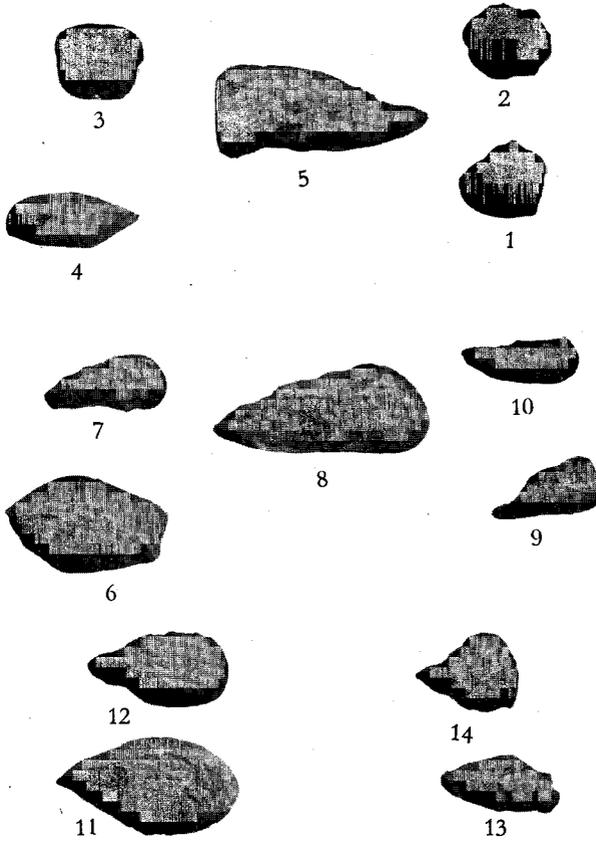


Fig. 1 — Série acheulense.

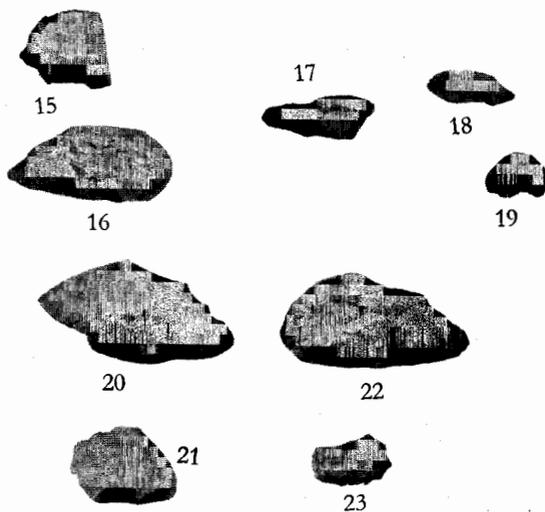


Fig. 2

- N.º 15 — *Instrumento languedocense*  
 16 e 22 — *Picos de tipo asturiense antigo*  
 17 a 19 — *Utensílios obtidos de lascas*  
 20 — *Instrumento acheulense*  
 21 — *Utensílio laminiforme*  
 23 — *Núcleo de indústria pré-neolítica, ou neolítica.*

com vestígios de fraca erosão eólica. Comp. 146 mm; larg. máx. 93; esp. máx. 46 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 1, n.º 11).

— Biface, de forma lanceolada, apresentando, no anverso, duas grandes facetas formando aresta remontante, cujo plano se encontra muito eóлизado. A peça revela um aproveitamento posterior realizado por meio de duas facetas, à esquerda e à direita, feridas sobre a ponta, alterando-lhe a primitiva forma. Uma pequena série de pequeníssimos retoques abate a aresta mediana primitiva e adelgaça a zona periférica. A ponta mostra um desgaste provocado pelo uso. O verso foi trabalhado por meio de uma grande faceta que apresenta o plano primitivo fortemente eóлизado, Comp. 121 mm; lar. máx. 72 mm; esp. máx. 41 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 1, n.º 12).

— Biface, trabalhado, à direita, até à base, apresentando sinais de vento, algumas facetas antigas e uma outra de época tardia. Com 125 mm; lar. máx. 83 mm; esp. máx. 53 mm. Proveniência: *Sesmaria do Aurélio* (Fig. 2, n.º 20).

— Peça lanceolada, trabalhada, em toda a superfície, por meio de facetas com arestas remontantes. Possui vestígios de retoque que lhe adelgaça a periferia e demarca uma aresta cortante. Apresenta também alguns vestígios de rolamento e duas falhas acidentais recentes, uma, à esquerda, e a outra no extremo superior angular. Pela técnica e pelo estado físico, o instrumento revela características do acheulense mais evolvido. Com. 90 mm; lar. máx. 57 mm; esp. máx. 19 mm. Proveniência: *Cabeço do Bode* (Fig. 1, n.º 13).

— Núcleo cordiforme conservando, na base calótica, a superfície primitiva do seixo. Foi trabalhado, no anverso, por meio de numerosas facetas paralelas e ligeiramente sobrepostas e no verso, por facetas irregulares dispostas verticalmente. Apresenta um lustre, mais ou menos acentuado, em toda a superfície. Comp. 96 mm; lar. máx. 73; esp. máx. 43. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 1, n.º 14).

## II—*Instrumento languedocense* (1)

Recolhemos apenas duas peças, de características tipológicas comuns, desta indústria sincrónica da Mustierense. Um destes instrumentos tem a seguinte descrição:

— Instrumento trabalhado sobre a metade plano-convexa de um seixo, por meio de três grandes facetas quase verticais, conservando, na base e à direita, a superfície plana do córtex primitivo. Apresenta arestas vivas e a coloração uniforme da quartzite. Com. 79 mm; lar. máx. 72 mm; esp. máx. 43 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 2, n.º 15).

## III—*Série constituída por instrumentos obtidos de lascas*

A maioria dos instrumentos desta série apresenta as características da indústria Tayacense, influenciada pela técnica da indústria Levaloisense. Têm a seguinte proveniência: *Sesmaria Antónia*, 6 peças; *Cabeço do Bode*, 3; *Sesmaria do Aurélio*, 1.

Os instrumentos que merecem especial referência são os seguintes:

— Peça triangular alongada de técnica tayacense, apresentando um bolbo cónico no verso e arestas laterais cortantes, com vestígios de retoque. No anverso possui uma aresta longitudinal irregular. Pátina acastanhada e alguns vestígios de vento. Comp. 94 mm; larg. máx. 50 mm; esp. máx. 23 mm. Proveniência: *Cabeço do Bode* (Fig. 2, n.º 17).

— Instrumento poligonal alongado, delicadamente talhado sobre uma lasca, por meio de seis facetas oblíquas, descaindo sobre a periferia direita, com pequenís-

(1) A precária representação das formas languedocenses pode atribuir-se à altitude das jazidas, que H. Breuil e G. Zbyszewski consideram um terraço superior do interglaciár Günz — Mindel.

simos retoques. À direita, conserva o córtex primitivo, que funciona de plano preparado, como resultado de aproveitamento, até cerca de  $3/4$  do comprimento, formando duas arestas vivas no encontro do plano das facetas. Pátina avermelhada. Comp. 73 mm; larg. máx. 44 mm; esp. máx. 16 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 2, n.º 18).

— Peça em forma de *D*, formando ângulo obtuso com o plano de lascamento. Apresenta a superfície curva limitada por aresta cortante. Pátina lustrosa e uniforme em toda a superfície. Comp. segundo a altura do *D* 48 mm; dimensão transv. 44 mm; esp. máx. 13 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 2, n.º 19).

— Lasca laminiforme, de configuração em *D*, obtida com aproveitamento de uma face natural. Comp. máx. 53 mm; larg. máx. 41 mm; esp. máx. 16 mm. Proveniência: *Sesmaria do Aurélio* (Fig. 2, n.º 21).

#### IV — Série constituída por instrumentos de tipo asturiense antigo e alguns núcleos do final do Paleolítico

— Instrumento pré-neolítico de morfologia Asturiense de cronologia mais antiga, obtido de uma quartzite plana. Conserva o córtex na superfície total do verso e até  $3/4$  do anverso. Comp. 120 mm; larg. máx. 81 mm; esp. máx. 39 mm. Proveniência: *Sesmaria do Aurélio* (Fig. 2, n.º 22).

— Pico antigo, de tipologia Asturiense, praticado sobre um seixo plano. Apresenta duas grandes facetas irregulares de arestas vivas, à direita e à esquerda, formando aresta remontante, em cuja extremidade superior se praticou um retoque. Conserva a superfície natural do seixo em todo o verso e até cerca de  $2/3$  do anverso, denunciando enterramento na terra vegetal. Comp. 127 mm; larg. máx. 71 mm; esp. máx. 43 mm. Proveniência: *Sesmaria Antónia* (Fig. 2, n.º 16).

— Núcleo de forma circular, com arestas vivas e pequeno lustre, talvez de indústria pré-neolítica, ou

neolítica mesmo. Diâmetro long. 38 mm; diâmetro transv. 37 mm; esp. máx. 14 mm. Proveniência: *Sermaria do Aurélio* (Fig. 2, n.º 23).

Mais duas peças encontradas nesta jazida dispensam qualquer referência, em virtude de possuírem tipologia semelhante.

### *Conclusões*

Verificamos que, no conjunto, se encontram mais representados os instrumentos funcionalmente polivalentes.

Por se encontrarem representados somente por dois exemplares, admitimos, apenas como hipótese de trabalho, em conformidade com a classificação que propugnamos, depois de termos procedido ao exame comparativo da pátina e desgaste das outras peças encontradas nas mesmas jazidas e dos instrumentos do Asturiense típico, rolado pelo Mar Grimaldense ou Quaternário, que os utensílios aqui representados de morfologia Asturiense e de cronologia antiga, tiveram uma distribuição mais larga, na região.

O conjunto denota, ainda, com exceção de um núcleo (Fig. 1, n.º 14) e de alguns utensílios laminiformes (Fig. 2, n.º 18, 19 e 21), um trabalho rude que pode ser atribuído, em parte, à qualidade da quartzite ou à má seleção desta.

A referência toponímica — *Cabeço do Bode* — sugere-nos a hipótese de uma possível relação ou de provável afinidade com a fenomenologia religiosa da nossa pré-história.

### **Notícia histórica**

Em 30 de Maio de 1362, el-rei D. Pedro lançou, junto de uma corrente, a primeira pedra para a construção de uma ermida da invocação de Nossa Senhora da Glória.

A construção foi entregue ao almoxarife Gomes Lq. (?) e ao escrivão Vasco Martins, ficando as obras concluídas um ano depois daquela memorável 2.ª feira em que o monarca ali fora colocar a pedra inicial.

Tal construção é provada históricamente com uma lápide coeva, de características clássicas, contendo uma inscrição de caracteres góticos irregulares, cujo texto é o seguinte:

ERA:DE:MIL:CCCC:AN  
 OS:FERIA:SEGUNDA:X  
 XX:DIAS:DE:MAIO:FO  
 I:EDIFICADA:ESTA:EG  
 REIA:PER:OMUI:NOB  
 RE:REI:DOM:PEDRO:QU  
 E:EM:ELA:POSE:APRI  
 MEIRA:PEDRA:AQUA  
 L:MANDOU:FAZER:AG  
 OMEZ:LQ(?)ALMOXARIFE  
 EA:UAASCO:MARTIIZ:  
 ESCRIUAM:EFOI:ACABA  
 DA:EM:hUU:ANO:

ERA DE MIL CCCC ANOS FERIA SEGUNDA  
 XXX DIAS DE MAIO FOI EDIFICADA ESTA  
 EGREIA PER O MUI NOBRE REI DOM PEDRO  
 QUE EM ELA POSE A PRIMEIRA PEDRA A QUAL  
 MANDOU FAZER A GOMEZ LQ (?) ALMOXA-  
 RIFE E A UAASCO MARTIIZ ESCRIUAM E FOI  
 ACABADA EM hUU ANO.

Abrangendo toda a superfície, os caracteres atingem a zona periférica da lápide rectangular (63×47 cm), talhada em pedra rija, apresentando algumas letras já danificadas, o que prejudica a sua leitura.

Junto da abreviatura *LQ* colocamos uma interrogação, por termos dúvidas quanto à segunda letra representada, embora o estudo comparativo e a projecção do negativo fotográfico nos indicassem ser mais correcto optarmos pelo *Q* gótico e não pelo *Ç* da abreviatura do onomástico Lourenço, como parece lembrar ao primeiro exame.

Não conhecemos, porém, nenhuma abreviatura do séc. XIV constituída pelos caracteres adoptados que possa identificar um patronímico, visto encontrar-se

seguidamente expressa a profissão do funcionário real (1), de harmonia com a indicação do segundo, ali memorado também.

A construção desta ermida anda ligada a um episódio de caça que adquiriu, com o decorrer do tempo, certo foro no lendário regional.

No Séc. XVIII, o pároco de Muge relatou-o com a fantasia da época, declarando que o acidente que determinou a construção desta ermida se dera, quando o rei, ao perseguir um veado, caiu num pego (Doc. n.º 7).

A beleza das linhas esquemáticas deste animal, a sua perceptibilidade e a sua índole, a própria lembrança congeminada na tradição, conquistaram-lhe um lugar importante no campo da temática de algumas artes e na fenomenologia das crenças e das superstições mágico-religiosas, desde as épocas mais primitivas.

Na literatura portuguesa, pelas razões apontadas e, ainda, pela majestade do seu porte, encontra-se muitas vezes referido com a intenção de dignificar e exaltar uma acção que seria comum, se não fosse a ele associada.

Tal exclusivismo prova-nos que a referência a este animal se destina a obter maior efeito literário, quando não indica, especialmente na literatura oral, o perfilhamento de outra narrativa, explicando-nos, qualquer dos casos, a razão pela qual se colocam determinadas figuras a caçar um veado e não qualquer prosaico animal.

Para justificação, basta que recordemos certos contos do nosso povo e duas églogas de Camões (2), numa das quais, num requinte de beleza e eufonia, se alude ao cervo branco.

Em virtude da escassez de documentos escritos ligados ao acontecimento, procuramos esgotar as fontes

---

(1) Tal restituição teórica fizemo-la em conformidade com a indicação do segundo funcionário referido na mesma inscrição: Vasco (*Uasco*, de Velasco), Martins (*Martiiz*, do nominativo Martim), segundo a desinência do genitivo de filiação (indicado pelos dois ii), com o ofício de «escrivão».

O patronímico *Martiiz* não apresenta sinal diacrítico de nasalização, o que é frequente na escrita do séc. XIV, segundo nos elucidou o Sr. Doutor Rui Pinto de Azevedo, a cuja esclarecida erudição recorremos para nos certificarmos da leitura desta lápide.

(2) *Obras*, Lisboa, 1852, tomo II, églogas V e XI, pp. 209 e 260.

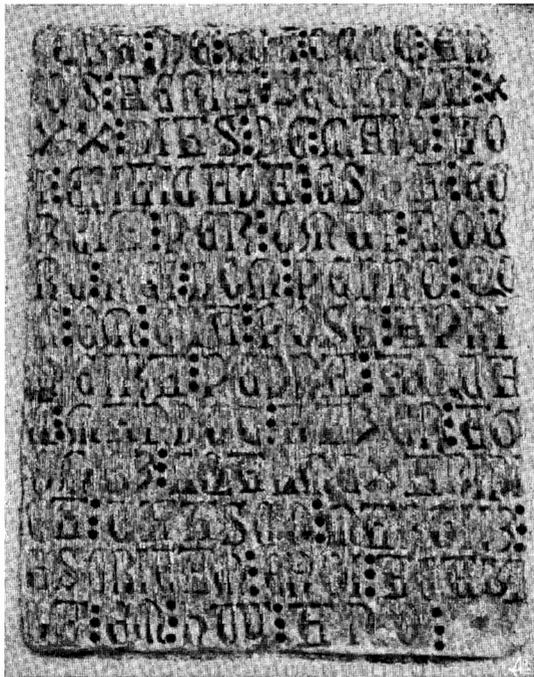


Fig. 3—Inscrição memorativa, de pedra rija (63×47 cm.), da Era de 1400, existente no frontispício da actual igreja.

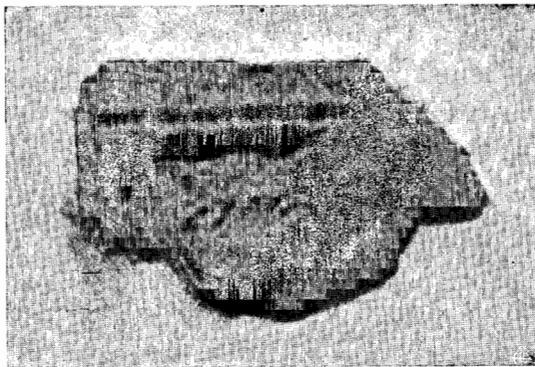


Fig. 4 — *Escultura românica, que se encontra no alto da empena da traseira da igreja.*

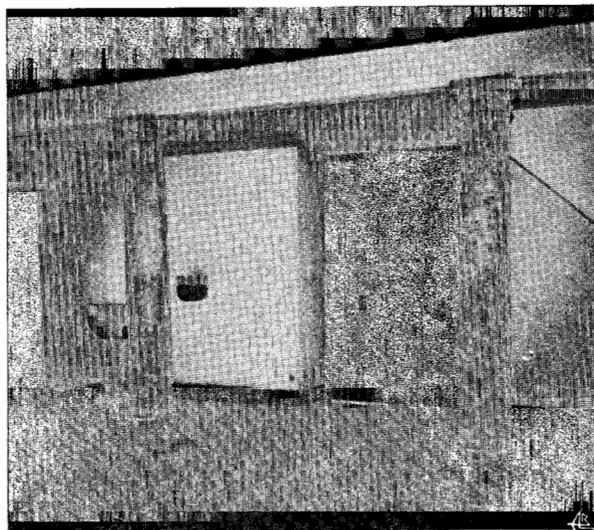


Fig. 5 — *Colunas da primitiva igreja, utilizadas para suporte do coro da actual.*



Fig. 6 — *Brasão de Armas de D. Pedro I, colocado, actualmente, no frontispício lateral direito da igreja.*

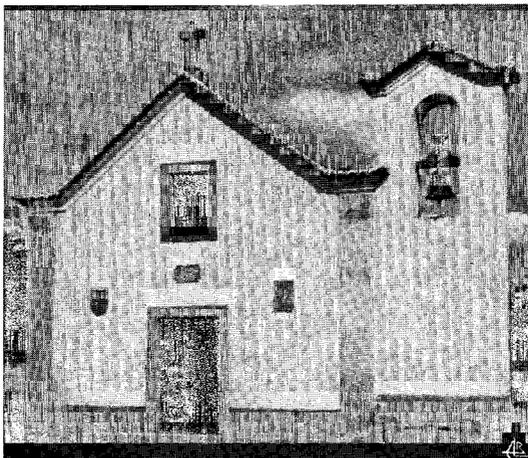


Fig. 7 — *Actual igreja de Nossa Senhora da Glória.*

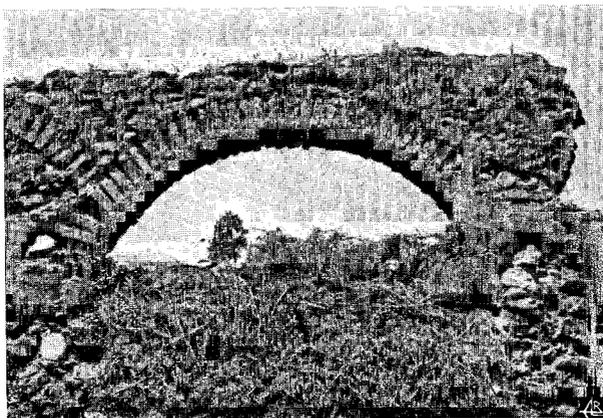


Fig. 8 — *Ruínas de um aqueduto existente numa horta contígua à igreja.*

heurísticas, a fim de reunirmos os elementos indispensáveis para uma provável reconstituição dos eventos.

Não é arbitrariamente que afirmamos não ter sido, aquele, o animal que D. Pedro caçava.

Muito embora não nos pareça fundamental esclarecer este pormenor e não seja prudente seguir um critério de dedução, dada a falibilidade do raciocínio interpretativo, a sua determinação tem, contudo, certa autoridade, se pretendermos avaliar as circunstâncias em que se verificou o acidente referido.

As fontes documentais e iconográficas fornecem-nos, contudo, alguns elementos que devemos considerar. Analisemos, pois, certos passos dos textos que nos referem a existência do cervo no Ribatejo do Sul, as características do respectivo *habitat*, para repassarmos seguidamente as regras fundamentais da montaria e definirmos uma conclusão.

O aparecimento de pontas de seta feitas de haste de veado, nos *Kjökkenmöddinger* ou restos de cozinha, no período mesolítico, junto da Ribeira de Muge e do Paul de Magos, provam a existência deste herbívoro naquelas zonas.

Vulgar em Portugal, os forais de muitas povoações, dados nos séculos XII e XIII, prescrevem que o caçador pague ao senhor da terra um lombo pelo cervo morto.

Todavia, o apreço em que era tida a carne e a pele contribuiu para que a espécie rareasse, já nos fins do Séc. XIV, à medida que o povoamento se intensificou e foram sendo cultivadas as zonas virgens.

As multas impostas àqueles que fossem caçar o cervo dentro das coutadas, corroboram esta afirmação e justificam a medida que foi necessário adoptar para que a espécie não se extinguisse.

Verificada, porém, a sua ineficiência, além da multa, ao transgressor era ainda aplicada, nos coutamentos de Santarém e suas comarcas, em 1474, a pena de degredo para Arzila (1), sofrendo também graves punições todo

---

(1) *Livro Vermelho de D. Afonso V*, in «Inéditos de História Portuguesa», Lisboa, 1793, tomo III, n.º 39, pp. 486 a 491.

A publicação textual deste documento foi suprimida por nós,

o pastor, vaqueiro, porcariço ou transeunte que fosse encontrado a pôr fogo para fazer carvão ou levantar caça, ou trouxesse consigo lança, besta, cães ou forão, quer andasse a pé ou a cavalo.

Neste citado documento de 1474, importantíssimo pelas referências toponímicas que contém, se faz menção e se determinam, exactamente, naquela área, os lugares frequentados pelo cervo, verificando-se, também, que os limites do coutamento, na zona mais próxima do Tejo, seguiam, como ali se declara, da Ribeira da Lamarosa em direcção a Coruche, tomando novamente a mesma dita ribeira para atingirem, a S. W. as «cimalhas» (*sic*) do Paul de Magos.

Se tal delimitação acompanhava, como se infere, o curso da Ribeira da Lamarosa, forçosamente que, para atingir o Paul de Magos, teria de passar a W. de Marinhaes, deixando de fora a aldeia da Glória e seu termo.

Embora tal documento pareça tardio em relação ao facto de 1362, devemos esclarecer que o seu teor não é mais do que uma cópia de antigas posturas régias, nas quais foi necessário introduzir determinadas penalidades com o fim de se preservar a caça do cervo e de outras espécies.

Para sustentarmos a tese que pusemos, relativamente à raridade do cervo, no final do Séc. XIV, citamos ainda a Carta da Coutada dos Pauls de Santarém, transcrita no Liv.º 3 da Chancelaria de D. João I, fol. 104/v, datada de 1407, em cujo texto se refere apenas o porco montês, na defesa da caça.

em virtude de não dispormos do espaço suficiente para comportar a sua transcrição com as notas críticas indispensáveis.

Mandado trasladar por D. João III, esta cópia do séc. XVIII apresenta alguns erros de leitura, que ocasionaram, certamente, a ortografia verificada nos vocábulos *Lamarosa* e *Frade*, ali referidos.

Notem-se, pois, aqueles e outros exemplos onde se verifica uma curiosa aliteração:

*Lamorosa* (= Lamarosa, no concelho de Coruche); *mouta do farrapo* (= Mota — ó — do Farroupo, a montante da Amigalha); *mouta do fiade* (= Mota do Frade), e *mourinhaes* (= Marinhaes).

Observem-se, também, as seguintes referências toponímicas, repetidas, no documento, com a mesma aliteração, às quais juntamos, como fizemos acima, a nomenclatura actual:

*Mouta* (= Mota — ó —), *farrapo* (= Farroupo), e *mou-rinhaes* (= Marinhaes).

Refugiado na área das grandes serras, como se induz, no Séc. XVI, Damião de Goes afirma que, para matar um porco ou um veado, tinha o Infante D. Luís de dormir vestido, no campo, à espera de encontrar caça (1). E Gabriel Pereira da Fonseca (2) cita o Volume n.º 684 dos livros raros da Biblioteca Nacional, na qual se contém a legislação avulsa de D. João III, concluindo que, no tempo daquele monarca, já o veado, o gamo e a cabra montês haviam desaparecido da fauna nacional, sendo raro o javali (3).

Hervíboro dos relvados e das águas permanentes, habitando o bosque e as matas de arvoredo alto e misto, geralmente isolado de outras castas zoológicas, o veado não resistia nos lugares secos de vegetação xerófila e

---

(1) *Chronica de D. Manuel*, Lisboa, 1911, vol. VIII, p. 117.

(2) *Estudos Eboresenses*, Évora, 1892.

(3) No século XVIII, o pároco de Salvaterra de Magos, na carta de resposta aos interrogatórios pombalinos (Arq. Nac. da Torre do Tombo, *Dic. Geográfico*, vol. XXXIII, n.º 34), diz que o veado existia naquele concelho. Tal afirmação parece contradizer a nossa exposição. Cumpre-nos esclarecer que, não sendo o veado referido nos depoimentos respeitantes aos concelhos vizinhos e da mesma época e não sendo raro o povo moderno designar o corço e o gamo por «veados», em virtude da semelhança das espécies e conforme se verifica, actualmente, no vocabulário regional de Coruche, é de admitir que a designação usada pelo referido pároco de Salvaterra tenha sido dada com sentido popular.

Justificamos também a nossa tese com a análise do texto dos forais de Coruche, Benavente e Salvaterra, deduzindo-se que o cervo, embora raro, no Séc. XIV, só poderia existir dentro da área da coutada real, nos lugares menos devassados e propícios à sua sobrevivência.

Verifique-se que, nos forais de Coruche e Benavente, respectivamente de 1182 e de 1200, apenas se faz referência, nos direitos de portagem, à dízima do couro de cervo e do gamo (*Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, vol. I, Lisboa, 1856, p. p. 426 e 512).

No foral velho de Salvaterra, sem data, dado pelo de Santarém (Maço n.º 3 de Forais Antigos, n.º 5), como na doação feita por D. Dinis a este concelho, em Junho de 1301 (Livro de Doações do Sr. Rei D. Dinis, fol. 104, col. 2), não se alude àquele animal. E, no foral novo de Salvaterra, dado em Agosto de 1517, pelo de Santarém (Livro dos Forais Novos do Alentejo, fol. 108/v, col. 1), apenas se menciona a pele do veado, do corço, do gamo e da gazela, nos direitos de portagem, na discriminação da coirama «em pelo» e curtida, trazida de qualquer parte do reino.

rústica, povoados pelo zevro, pelo corço, pelo gamo (1) e pelo javali.

Se tal facto não houvesse sido verificado, subsistia a razão premente que o próprio instinto lhe determinava, a fim de não sucumbir na perseguição que lhe fazia o gamo.

Demonstrámos que, na época a que remonta o sucedido, já o veado rareava nas zonas vizinhas do lugar da Glória.

Resta-nos salientar que, dadas as características do seu *habitat*, o cervo nunca poderia ter existido no termo da aldeia, antepondo-se imediatamente o raciocínio de que, se era difícil encontrá-lo nas zonas limítrofes, menos probabilidades tinha o rei de o caçar ali.

O cervo não deixou, na toponímia local, vestígios da sua existência, como deixaram o corço e o zevro — o burro selvagem, como identificou Paulo Merêa (2) —

(1) A diferença existente entre as espécies encontra-se declarada na Lei de 1253, de D. Afonso III, no passo onde se lê: «*Et melior gamus valeat uiginti solidos. Et melior cervus valeat tringinta solidos. Et melior corzus valeat duodecim solidos*» (*Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, vol. I, p. 191).

Deduz-se que o corço, tendo em conta o local geográfico, cuja designação toponímica nos assegura a sua existência, em dada época histórica, era um animal muito rústico. O mesmo se poderá concluir do preço estabelecido, na ordenação referida para as peles curtidas daqueles animais: 10 e 7 *solidos*, valendo o couro do cervo 20.

Inofensivo e muito tímido, refugiando-se no interior quando outras espécies lhe invadiam, à procura de alimento, o seu *habitat*, o veado, mercê da protecção que lhe é dispensada, existe, actualmente, no Cartaxo, na Coutada da Torre Bela, da Casa Lafões, e nas reservas do Estado, nas tapadas de Mafra e de Vila Viçosa, onde o gamo, nesta última, tem causado enormes baixas nos exemplares que ali existem.

O gamo, em idênticas condições, existe na Mata da Angolada (Coruche), desde que, há cerca de 18 anos, se fez o seu repovoamento.

(2) O Autor cita a carta municipal de Cuenca que diz ser uma adaptação castelhana, possivelmente do Séc. XIII, ou princípios do Séc. XIV, feita sobre um original latino. As palavras castelhanas «*De corio de bovis vel onagri, 1 dinero*», correspondem, exactamente, as palavras latinas «*De corio de bovis vel onagri, unum denarium*» concluindo que o zevro que se encontra referido nos forais e noutra documentação portuguesa dos primeiros séculos era o «ónagro», burro selvagem designado por *equus onager* (*Revista Lusitana*, vol. XXV, p. 284).

e cujas referências toponímicas deixamos aludidas em notas de página.

Situando-se a Glória dentro das terras que, do Séc. XII até final do Séc. XV, foram designadas por *Campo de Caçarabotão*, como se prova com vários documentos e respectivas confirmações régias (1), a versão toponímica deste locativo constitui uma achega para sustentar a nossa argumentação e identificar o animal que o rei, efectivamente, caçava.

*Caçarabotão* é um nome que subsistiu, por alguns séculos, como dissemos. O topónimo, segundo presume o ilustre filólogo Dr. Joaquim Silveira, citado pelo Dr. Rui Pinto de Azevedo no seu artigo publicado em 10 de Junho de 1960, no jornal «Correio do Ribatejo», relativo a Montalvo do Sor, formou-se de *Alcácer Boton*, que significa «o castelo de aroeira», e que, por metátese, se modificou para *Sacarabotão* (= *Caçarabotão*).

Em virtude da cota elevada, essas terras, localizadas entre o vale do Sorraia e a Ribeira de Muge, emergiam sobre o verde das adémias, com o negrume peculiar do mato, dando origem à designação que o citado filólogo presume significar.

No termo da aldeia, o Alto das Esteveiras e o lugar das Esteveiras, testemunham, em dada época, a existência daquele arbusto, em maior ou menor densidade, nos referidos lugares.

Finalmente, resta-nos lembrar o texto do documento de 1364, dado pelo monarca aos povoadores do lugar, no qual se proíbe, na própria área e nos termos dos concelhos limítrofes onde podiam lograr de certos benefícios, a caça ao porco montês (Doc. n.º 1).

Situado numa zona de elevações e pequenos vales apertados onde se desenvolvem, ainda hoje, algumas espécies de arbustos xerófilos e lenhosos; localizando-se nas proximidades de uma corrente temporária, o assento da aldeia reuniu todas as condições exigidas pelo javali, concluindo-se que o rei ali o fora caçar.

---

(1) Cf. Carta da doação da jurisdição da terra do campo de *Scarabotam* (*sic*) e da lezíria de S. Romão feita a D. Diogo Manuel da Costa, transcrita, com as respectivas confirmações, no L.º 26 da Chancelaria de D. João II.

Um depoimento de D. João I, pela sua natureza didáctica, impõe-se pela oportunidade: «ca os lugares em que o monteiro a de aleuntar o porco, som charnecas grandes, assi como as de Santarem, ou outras semelhantes» (1).

Na Idade-Média, a caça mais estimada e tida como necessária foi a do porco montês, constituindo matéria substancial para um jogo bem estudado, cujas regras visavam não só as condições do solo, mas, ainda, a forma de justar e matar, honrando a lança.

Tendo em consideração a força e o instinto de defesa e ataque do animal, a sua caça, semelhável à guerra, como se refere em certos textos antigos, praticada com frequência até à segunda metade do Séc. xv, era tanto mais procurada, quanto a preparação do cavaleiro o exigia.

As fontes medievais fornecem-nos elementos dignos, não sendo para menosprezar os testemunhos iconográficos e até as narrativas que se avolumam sobre a matéria.

É expressiva a narração sobre o monteiro D. Diego Lopes, contida no *Livro do Conde de Barcelos* e relacionada com a caça do porco montês.

Fernão Lopes, fazendo um cumprimento panegírico ao Infante D. João de Portugal, insere, na crónica de D. Fernando, a descrição de uma formosa acumada, como nunca fora vista nem ouvida, entre monteiros, quando filou, acompanhado do seu escudeiro, um porco muito grande.

Eloquentes são as esculturas funerárias — a do frontal do túmulo do Infante D. Sancho, filho bastardo de D. Dinis, existente na primeira capela da Epístola do Convento do Carmo, actual Museu Arqueológico, e uma das laterais da arca tumular do Conde de Barcelos, existente no Convento de S. João de Tarouca.

Documentando-nos sobre o aspecto geográfico do seu *habitat*, elucidam-nos igualmente sobre a regra que o cavaleiro devia observar para matar o javali com bravura e dignidade.

A disposição dos cavaleiros e dos cães, as ramadas da charneca ali representadas constituem um documento que auxilia o estudioso a reconstituir o meio ambiente

---

(1) *Livro da Montaria*, Coimbra, 1918, L.º I, p. 194.

e uma cena na qual o porco é varado a cavalo, pelo golpe de honra, digno de ser perpetuado.

Não menos eloquente é a maravilhosa iluminura do mês de Dezembro que se insere no *Livro de Horas* do Infante D. Fernando, filho de D. Manuel I. A referida iluminura é uma alegoria à matança do porco doméstico, sobreposta ao espectáculo da Natureza que, sob o influxo de uma luz ténue e nublada, se prolonga numa profundidade cheia de elementos.

Na tarja inferior da página, em primeiro plano, admira-se uma cena de caça ao porco bravo, dada com todo o realismo.

Perseguido e filado pelos cães, na espessura da mata constituída por pinheiros, sobreiros e moitas, o javali é morto a pé, no lance de maior bravura e honra, segundo as regras da montaria (1), cujo golpe se fere entre as espáduas do animal, depois de rapidamente calculado «*antre o olho e a caluga*» (2).

O veado, que «*ao som dos próprios pés se espanta*», no dizer de Camões (3), fugindo amedrontado, apenas treinava o cavaleiro na corrida. O porco, dotado de grande força muscular, usando de manha e simulacro, investia e dava luta.

Devemos recordar, neste passo, os painéis de azulejo do antigo Palácio de Santa Clara, que foi residência, em Lisboa, dos Marqueses de Lavradio, os quais são considerados não só uma valiosa colecção da nossa arte ceramista, mas, ainda, uma provável reprodução de antigas pinturas. Representando algumas fases da caça ao cervo, em campo aberto, sem o obstáculo do mato, no qual o herbívoro se aprisionaria, se não fosse imediatamente filado pelos cães, em virtude de ser um animal corredor, e não como o gamo, que chega a saltar vedações com mais dois metros, como pudemos observar, na Agolada (Coruche), tal documento iconográfico dispensa-nos de maior crítica.

A interpretação de uma lenda é sempre difícil, em virtude da elaboração literária que a narrativa sofreu.

---

(1) D. João I, *Livro da Montaria*, Coimbra, 1918, Parte II, p. 290.

(2) *Idem, Ibidem*, p. 291.

(3) *Ob. cit.*, Canção XVI, p. 357.

Todavia, graças ao isolamento da aldeia e à incomunicabilidade e profundo sentimento terrantês da sua gente, as versões que ali obtivemos, sempre tão concisas e uniformes, conservando puro o substrato do episódio, determinaram tal cometimento.

Passamos a transcrever alguns depoimentos, que então coligimos:

Depoimento de Rita Jarra, de 71 anos de idade: — «O rei andava à caça. Isto aqui era tudo sòzinho, tudo em montanha, cheiozinho de mato. Depois, um bicho apareceu, de repente, o cavalo levantou-se a pino e o rei caiu, faz menção (= *parece*) que foi num pego, que ali havia e que já não é do meu tempo».

Depoimento de Rita Joana, de 64 anos de idade: — «O rei andava à caça e apareceu-lhe um bicho, sem ser esperado, ali naquele sítio, e vai (= *depois*), o cavalo empinou e caíram os dois no pego que ali havia».

Depoimento de João Estaca, de 86 anos de idade: — «O rei andava à caça e depois apareceu-lhe, de repente, um bicho, ali naquele sítio, e depois o cavalo a modos que se empinou e caíram os dois para o pego, que havia naquele lugar da banda detrás da igreja e onde, no meu tempo de cachopo (= *garoto*) ainda se criavam pampos (= *peixes*).

Depoimento de Manuel Alexandre Monteiro, de 83 anos: — «O rei andava à caça, que aqui havia muita, e quando estava quase a ganhar a peça, disse o meu pai que apareceu um bicho, de repente, que espantou o cavalo e o rei não teve mão nele e depois caíram os dois para o pego que ali havia, no tempo de algum dia (= *outrora*) e eu ainda vi e mais o mato, à roda, que só há coisa de uns trinta anos é que foi arrancado, mais do Cabeço do Moinho e da Arroteia».

Em qualquer das versões anotadas, como aliás é da interpretação geral, o rei clama por Nossa Senhora da Glória, que lhe aparece com o Menino, e o salva, desaparecendo o «bicho» para sempre.

Observamos que o povo não refere o animal que o rei perseguia, sobrepondo, na sua interpretação, os efeitos do acontecimento à própria causa.

Verificamos também, nos depoimentos anotados, que a forma «apareceu» foi sempre constante, sendo empregada com a intenção de exprimir uma acção inespe-

rada. O vocábulo «bicho», dando à narrativa uma nota de mistério, foi utilizado com a significação regional de «animal bravo».

Foi-nos esclarecido que não era lobo, nem raposa, mas um desses bichos muito grandes que, outrora (= *tempo de algum dia*), existiam no mato, mas cujo nome os avós não referiram.

Passemos, porém, a analisar outros elementos:

D. Pedro, que «*foi sempre grande caçador e monteiro, em sendo infante e depois que foi rei, trazendo grande casa de caçadores e moços de monte e de aves, e cães, de todas as maneiras que para tais jogos eram pertencentes*» (1), segundo elucida Fernão Lopes, não tem, na sua crónica, o relato ou a referência do episódio que, dadas as proporções com que foi descrito, no Séc. XVIII, não podia ser omitido pelo seu fiel e probo cronista.

De concreto, o que estamos autorizados a afirmar, baseando-nos no texto da inscrição já referida, existente no frontispício lateral esquerdo da actual igreja, reconstruída em 1783, segundo se infere do texto de uma outra inscrição lapidar mais pequena (2), colocada sobre a portaria, é que foi D. Pedro I quem ordenou a sua construção.

Sobranceira a uma corrente, cujo leito tem, ali, ainda actualmente, a sua maior largura e profundidade, formando represa de águas e depósito de nateiros e detritos, esta circunstância leva-nos a aceitar a hipótese de o rei, em galope pelas vertentes opostas (3), ter ali caído com a montada.

Os nateiros, nos quais, ainda hoje, no princípio da Primavera, os nenúfares e os golfões experimentam

(1) *Chronica de D. Pedro*, Lisboa, 1895, p. 14.

(2) O texto desta inscrição é o seguinte:

A RAINHA  
N. S. AI. A MAN  
DOU FAZER  
1783

(3) As elevações a cujas vertentes aludimos são os cabeços do Moinho, da Tia Maria Mangra, da Arroiteia, do Tio Caldeireiro, do Marcelino e da Fava.

desenvolver-se, deveriam dificultar o equilíbrio do ginete assustado, provocando a queda do rei.

Tal acidente só poderia ter ocorrido naquele ponto, por não conhecermos, na extensão territorial da aldeia, nenhum curso de água em cujo leito se encontre uma depressão que pudesse ter sido tomada, na época da veação, por um pego de rio ou de charneca.

A terra vegetal, os detritos e os nateiros da corrente só naquele local foram depositados, dando origem a uma pequena várzea produtiva, como hoje se observa.

O ribeiro deveria ter, na época histórica a que o facto se refere e segundo se deduz do exame do local, um leito mais largo e profundo, no qual, em virtude das condições que apresenta, existiria uma depressão onde as águas perdurariam, favorecendo a criação de um peixe, regionalmente designado por «pampo».

Os pegos existentes, muito distantes e localizados fora do território que havia de passar à posteridade como termo da aldeia, não podem servir a tese, nem a tradição, sem falsa ilação histórica.

No Séc. XVIII, nomeiam-se o Pego da Rainha, em Bilrete, e o das Parreiras, junto ao velho Juliano, no termo benaventino.

Existem, ainda hoje, como aqueles, os pegos da Ribeira de Muge e os pegos do Paul de Magos e o do Paul de Muge, o qual foi aberto artificialmente, para escoamento de águas, sendo concedidas as suas dízi-mas, em 1516, num breve pontifical de Leão X, à Ordem do Mestrado de Cristo.

Depreende-se que, sòmente no local citado poderia ter existido o pego onde o rei sofreu o acidente, segundo a referência do povo e segundo se conclui da situação da própria ermida.

Em Maio, nascidos já os filhotes, o Monteiro podia correr monte e procurar o porco que, dos 3 aos 6 anos, vivia isolado da fêmea e das crias, causando devastações nas terras cultivadas.

Um cavalo forte, sem manqueira e da maior ligeirice, como se prescreveu, com boa boca para suportar o freio e sem manifestações de qualquer dos sinais previstos no livro da alveitaria; uma boa matilha de sabujos para levantar o animal e um corpulento alão para o filar; feito o cerco ou, transpostas as armadas e a «vòzea-

ria» (1), não podendo matá-lo no chão, no golpe de honra, varando-o mortalmente, aproveitando a própria investida do animal, dois lances arriscados se apresentavam ao monteiro: matar o porco de través (2), quando descesse uma encosta, ou matá-lo de justa, dentro do rio ou do pego onde pretenderia ensaiar a manha, simulando tomar a margem oposta (3), correndo primeiramente contra o vento, mas logo retrocendo, para desfazer o rasto e tomar o caminho inicial.

A queda do rei seria inevitável numa justa, naquele ponto do ribeiro, em circunstâncias imprevistas.

A data da lápide, as condições zoogeográficas do lugar, as fases do jogo e a clareza expressa nos depoimentos transcritos fornecem-nos elementos que justificam ter o rei sofrido um «cajão», quando andava a montar, ordenando, para tal memorar, que se levantasse ali uma ermida.

Obrigado, talvez, a meter-se à água até ao peito da montada, como ordena a regra, a fim de fazer perder ao javali a possibilidade de ganhar pé e o esforço dispendido na justa para aguentar o porco varado na ascuma (4), constituem subsídios que nos auxiliam a compreender as circunstâncias em que o facto teria decorrido.

Que o jogo é bem arriscado, bem o confessa D. João I: «*nos per o corpo o passamos mais de dez ou doze uezes fomos em perigo de morte aos porcos*» (5).

Apostilando, não podemos deixar de tomar em conta a significação atribuída ao vocábulo «bicho», empregado nos depoimentos recolhidos, não só por escrupulo, mas, ainda, por nos parecer fundamental no criticismo do passo que nos propusemos resolver.

Afigura-se-nos lógico que a súbita aparição de um «bicho», tomado também de surpresa, teria modificado

(1) O grito convencional era o seguinte: «*Eylo uay, eylo uay!*» (D. João I, *Ob. cit.*, L.º I, p. 19).

(2) «*Outro matar a bi a traues, quando o porco uem por algũa ladeyras*» (Idem, *Ibidem*, L.º II, p. 291).

(3) «*Ainda bi a outro matar, per que os moços matam o porco de justa, e esto he quando os porcos passam algum rio, que uam a nado*» (Idem, *Ibidem*, L.º II, p. 316).

(4) «*Ora o porco assi passa as agnas a nado, o monteiro se guarde muyto de nom leixar o porco filbar terra*» (Idem, *Ibidem*, L. II, p. 317)

(5) Idem, *Ibidem*, L.º III, p. 335.

o decurso normal da caçada, espantando o cavalo e interceptando a carreira em perseguição do javali, que tentava alcançar o ribeiro ou o pego, para ali tentar a fuga.

Aceitamos tal versão, sem óbice, como provável e exotérica, dadas as características do jobo. E, segundo referiu Manuel Alexandre Monteiro, quando o rei «estava quase a ganhar a peça», a súbita aparição de um felino ou felídio, no salto característico, provocaria o acidente.

Esta versão prova-se com a existência de uma pequena escultura que representa a cabeça de um felino, como pode observar-se, apesar de se encontrar já danificada, esclarecendo-nos que a elaboração feita pelo povo se baseia nela, se porventura não traduz, nos seus pormenores, toda a verdade relacionada com o acontecimento.

Propugnamos a autenticidade desta escultura, como resto arqueológico da primitiva igreja, por não nos parecer provável que se trate de material de aproveitamento, carreado para tal efeito.

Devida ao cinzel desprezencioso de artista ignorado, mantém as características das esculturas românicas empregadas nos remates das paredes, dos arcos e das pilastras. Encontra-se a meio do *empenilho* (= empena) da rectaguarda da igreja, onde parece ter existido sempre, segundo afirma o povo e sugere o estado de conservação que apresenta, mostrando aos vindouros, como diz a tradição local, a efígie do «bicho» que deu origem ao «cajão» sofrido pelo rei e o lugar exacto onde se verificou.

Mesmo à distância e ao primeiro exame, dada a configuração das orelhas e dos olhos, não nos ficam dúvidas de que a referida escultura, aberta num granito, representa a cabeça de um animal do tipo felino, espécie carnívora das terras altas de mato que, em dada época histórica, era vulgar no nosso território (1).

A palpação da escultura revela-nos ainda a existência, na base, de um sulco insculpido em forma de espiral, o que identifica a espécie, cuja representação pode estar, de facto, intencionalmente ligada ao acontecimento.

Como as ermidas da Nazaré e a do Santo Bispo de Tolosa, edificada em Belmonte, junto do Guadiana,

---

(1) A citada lei de D. Afonso III, lá consigna: «*Et melior pellis de gato montes aut de gulpina valeat tres solidos*».

no local onde el-rei D. Dinis se viu em perigo na justa com um urso, também a construção da ermida da Glória se deve, como se justifica, ao cumprimento de um voto pronunciado em consequência de um acidente de caça.

Desta velha ermida restam as duas colunas que suportam o coro e a inscrição já mencionada, conhecida por «Pedra da Era», como o povo da Glória lhe chama, na qual se memora a edificação. Além destes restos arqueológicos, existe também a escultura que representa o brasão de armas de D. Pedro, o qual se encontra no frontispício lateral direito da actual igreja e que, primitivamente, devia encontrar-se no interior, como era de uso.

Possui as características do escudo anterior à reforma, encontrando-se ladeado por uma ordem de coroas, e não de castelos, como se usou a partir da conquista do Algarve.

Comparado com o selo pendente de cera branca de uma carta pela qual este rei tomou à sua protecção o Mosteiro de Odivelas, datada de 1358, verificámos a existência de características comuns, relativamente ao desenho das coroas (1).

Possivelmente da mesma época, é uma pia desprovida de labores que se encontra na parede interior e à direita, na entrada da igreja.

Tendo sofrido graves danos, em consequência do terramoto de 1755, foi totalmente reedificada em 1783, como se prova, dentro das características modernas, por ordem da rainha D. Maria I.

Já nos nossos dias, a igreja sofreu algumas obras de restauro que, embora lhe tivessem restituído o seu aspecto digno e agradável, ocasionaram a perda de um ex-voto, cuja existência conhecemos e ao qual o povo dava o nome de «painel».

Tal pintura reproduzia o aparecimento de Nossa Senhora a D. Pedro, na ocasião em que se viu caído no pego com a montada, memorando a graça da intervenção da mesma Senhora na cura que um crente obtivera.

---

(1) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, 1738, vol. IV, pp. 28 e 29, figs. XXXIII e XXXIV

O seu desaparecimento impede-nos de fazer a descrição exacta e minuciosa desta memória e de referir a sua data.

Uma pequena imagem do Menino Jesus, de prata maciça, foi igualmente furtada.

Do padroado real, apenas três documentos nos fornecem alguns dados elucidativos sobre a doação da ermida, nos séculos XVI e XVII.

Tendo falecido Jorge Vaz, antigo beneficiário, D. João III, por carta dada em Montemor-o-Novo a 8 de Maio de 1525 (Doc. n.º 4), fez doação dela, por uma vida, juntamente com a renda de todo o assentamento, a Diogo Rodrigues, clérigo de missa.

Em 1642, a doação é feita a um ermitão, segundo se lê no texto de um alvará com valor de carta, concedido por D. João VI a Manuel Fernandes (Doc. n.º 5), com a obrigação expressa de manter a ermida limpa e conservada.

Um alvará posterior, dado pelo mesmo rei e feito em Lisboa a 10 de Junho de 1649 (Doc. n.º 6), nomeia um ermitão em linha hereditária. O cargo passou para Domingos Fernandes, filho de Manuel Fernandes, com as obrigações referidas no documento anterior e ainda com a cláusula, segundo declaração feita pelo dito Domingos Fernandes, de sustentar seu pai.

\*

A fama da edificação da ermida, em 1362, naquele lugar interior, a facilidade de captação de água e a abundância de pastagens primitivas atraíram os íncolas, que viviam nas proximidades, entregues à pastorícia, como se infere.

Constituíram-se então as primeiras cabanas com a madeira colhida nas matas e com os arbustos lenhosos da charneca, lavrando-se, ao longo do tempo, as primeiras jugadas.

Formada por processo lento em volta da ermida, a aldeia nasceu em consequência dos privilégios concedidos ao povo, que para ali foi habitar.

Em virtude da fragilidade dos materiais empregados naquelas construções, como se prova com as referên-

cias contidas nos documentos, cuja transcrição inserimos, não existem antiquilhas ou restos arqueológicos, além dos que foram referidos e de um resto de aqueduto onde verificámos a utilização de tijolos da segunda época medieval. Por esta razão concluímos que o lugar foi apenas habitado, desde a sua origem, por uma modesta população rural, não se tendo ali fixado qualquer elemento da burguesia enriquecida pelo comércio.

A área concedida ao lugar abrangia uma légua, segundo o costume antigo, ficando os povoadores autorizados a disfrutar certas regalias dentro dos termos dos concelhos limítrofes, com isenção das derramas, extensões e outros impostos colectados pelos mesmos concelhos.

De acordo com as características do lugar e segundo se infere da leitura do documento de 1364 (N.º 1), a caça e a pastorícia foram as primeiras indústrias do povoador.

Dependente do mesmo factor geográfico e não menos importante que as primeiras, a apicultura foi também uma indústria exercida com certo desenvolvimento, segundo se confirma com as referências antigas e com os depoimentos e os costumes do povo actual.

A fundação de Benavente, devida aos colonos francos estabelecidos no reino por carta patente de D. Sancho I, datada de 1199 e reforçada posteriormente com a carta de D. Dinis, outorgada aos «francos de nação», não pode deixar de ser referida, quando nos reportamos às origens da aldeia da Glória.

O grémio benaventino, fundado por doação régia de Montalvo do Sor (1), constituiu o seu alfoz com uma parcela desmembrada de Coruche e uma parte das terras, que se estendem da Ribeira de Canha, até à Ribeira de Magos.

Um século depois, fundou-se a póvoa de Salvaterra de Magos, no local onde assentava, em 1271, a albergaria de Pedro Escuro. Para tal instituição muito contribuiu a cedência, que a Câmara de Santarém fez do Paul de Magos e adémias adjacentes a D. Dinis, completando-se o seu alfoz com uma parte das terras que eram genérica-

---

(1) Álvaro Rodrigues de Azevedo, *Monografia de Benevente*, Lisboa, 1926 (Publicada por Ruy de Azevedo).

mente designadas por Caçarabotão, as quais jaziam entre o Tejo, a Ribeira de Muge e o vale do Sor, chamado depois Sorraia e Juliano (1).

Parte do campo de Caçarabotão, englobada no concelho de Benavente, fora reduzida a cultura pelos seus povoadores. Nestas circunstâncias e dadas as características da maior parte da população gloriana — loura e de olhos claros — embora só um cuidadoso estudo antropológico o possa esclarecer, supomos que deve provir dos elementos francos, que vieram povoar Montalvo do Sor, dando origem ao primeiro agregado humano da aldeia.

---

(1) Uma nota do ilustre filólogo Dr. Joaquim Silveira (*in Estudo Histórico de Coruche*, Lisboa, 1959, p. 32), informa-nos de que a forma «Sorraia» foi latinizada, no Séc. XVI, por Rêsende. É, contudo, antiga, aparecendo nos documentos latinos do Séc. XIII, segundo aduziu e justificou o Sr. Dr. Rui Pinto de Azevedo, no seu artigo *Montalvo do Sor*, publicado em 21 de Maio de 1960, no jornal «Correio do Ribatejo».

O Rio Sorraia foi designado por «*Sonor*» e «*Soor*», da nascente à embocadura, no Mar da Pedra (Ruy de Azevedo, *As Origens da Ordem de Évora*, in «História», Lisboa, 1932, vol. I). Esta forma (*Soro* = Sor) persistiu, até ao Séc. XVIII (Arq. Nac. da Torre do Tombo, *Dic. Geog.*, vol. XI, C-4, int.º 1.º — Rio), a par da forma «*Sorraya*», deduzindo-se que a primeira designava o velho Sor, e a segunda a Ribeira de Sorraia, mantendo álveos distintos.

No decurso da nossa investigação, encontrámos uma carta de D. João I, dada em Évora a 19 de Maio de 1391, respeitante à demanda de uma barca para passagem de gados e peões, na época das cheias, travada entre Coruche e a Erra, cujo texto parece dar certa consistência àquele raciocínio. No texto da citada carta se alude a um «*lago de sorraya*», presumindo-se que, à semelhança do que sucedeu com outros, este rio haja tomado a designação daquele lugar, que foi, segundo se verifica no contexto daquela mesma carta, um lugar situado num cruzamento de caminhos.

O referido documento encontra-se exarado, com as respectivas confirmações régias, na Chancelaria de D. Duarte, L.º 1, fol. 137; na Chancelaria de D. Afonso V, L.º 4, fol. 8/v e no L.º 3 de Odiana, fol. 158.

Salvo melhor interpretação, a existência daquele lugar foi de curto tempo, em virtude de não se encontrar referido nos censos do Séc. XVI.

A designação de «Juliano» dada ao Sorraia, da foz até Bilrete, aparece no Séc. XVIII (Arq. Nac. da Torre do Tombo, *Dic. Geog.*, vol. VII, n.º 1, fol. 691).

Posteriormente, no decurso dos tempos históricos, reunir-se-lhe-iam, além de outros, o elemento germânico e o elemento judaico.

A fixação do primeiro teria como determinante o factor económico justificado por norma de casamento e o afluxo judaico teria sido influenciado pelo isolamento do lugar.

Encontrámos vestígios de costumes e tradições germânicas e abundam, como verificaremos, as práticas mágicas muito comuns entre judeus.

A sobreposição de crenças e superstições indicam-nos, ainda, uma influência cultural muito variada, o que se prova também com o estudo da linguagem, de que publicamos um desprezencioso apontamento no opúsculo respectivo, e a divisão do povo em pequenos núcleos ligados pelo sangue, pela sua própria estimativa ética e pelo carácter consuetudinário das suas tradições e costumes.

Tornado remoto, o facto deixou de estar presente na memória do povo, subsistindo apenas como vestígio dos humanos, que teriam contribuído para o povoamento da aldeia.

Já na época contemporânea, a obrigatoriedade do serviço militar e as obras de instalação da linha de caminho de ferro, que liga o Setil a Vendas Novas, tornaram o lugar um refúgio procurado por alguns indivíduos, que se adaptaram aos costumes da terra, fixando-se ali para toda a vida, e o meio ideal para outros tentarem a introdução do comércio de géneros e artigos de primeira necessidade, abrindo ali a primeira tenda.

Não conhecemos qualquer referência demográfica da aldeia anterior ao Séc. XVIII. Os dados mais antigos dizem respeito ao ano de 1758 (Doc. n.º 8), referindo o cômputo de 80 habitantes e 18 fogos, em todo o lugar.

Actualmente, possui cerca de 4.000 habitantes e 820 fogos, na aldeia e respectivo termo.

\*

D. Pedro, querendo fazer graça e mercê aos povoadores de Santa Maria da Glória, concedeu-lhes alguns privilégios e liberdades com o fim de assegurar o povoamento.

mento do lugar. Permitiu-lhes, pois, que os seus gados pudessem pastar e beber as águas dentro dos termos de Santarém, Muge, Salvaterra, Benavente e Coruche, a despeito das posturas e defesas daqueles concelhos, com a condição expressa de não causarem dano nas herdades e nas searas. Podiam colher também, sem coima alguma, toda a madeira de sobreiro e de carvalho que necessitassem, para construir casas, aprestos de lavoura, pocilhões e currais para gado e apanhar, nas matas e charnecas dos referidos concelhos, sem qualquer embargo, toda a cortiça de que carecessem para cobrir as habitações, as cabanas do gado e preparar cortiços para instalação de abelhas.

O documento que tal esclarece (Doc. n.º 1), dado em Salvaterra de Magos a 17 de Fevereiro de 1364, confirma também que os povoadores do lugar podiam lavrar, fazer hortas, vinhas e pomares, até uma légua em redor, sendo-lhes permitido matar toda a caça que desejassem, salvo porcos monteses, fazendo uso de cães, forões, bestas e armadilhas.

Um segundo documento, datado também de Salvaterra e dado no mesmo dia, constitui uma apostila ao teor do primeiro. Ali se declara que os povoadores e moradores de Santa Maria da Glória não pagariam jugada do pão e do vinho que colhessem, nem seriam obrigados a satisfazer as fintas e as talhas (1) exigidas pelos concelhos em cujos termos houvessem os bens. Não poderiam ser constrangidos, também, a participar na hoste e no fossado, nem a servir nas galés ou a fazer condução de presos (Doc. n.º 2).

D. Pedro, no seu primeiro beneplácito, refere-se aos gados e às colmeias, concedendo depois franca liberdade para se promover a plantação de pomares e de vinhas. Tal determinação levou-nos a afirmar ter sido

---

(1) Este tributo anual variou muito, de concelho para concelho e de lugar para lugar.

Segundo verificámos, em virtude de ser ainda viva tal designação na estimativa das quantidades, a talha da Glória valia 60 molhos de carqueja, equivalendo, cada um, à porção que um homem podia abranger, sôzinho, para a atar, no chão.

A finta valia, segundo o depoimento das pessoas antigas, 60 molhos de rama de arvoredo ou mato grosso, utilizados para construir sebes ou para combustível de fornos de pão.

a pastorícia a primeira indústria do povo dissemiado pelo campo, fixando-se ali em consequência dos privilégios outorgados pelo rei. E, dada a rusticidade do lugar, concluímos terem sido a cabra e o burro, como ainda hoje sucede, os animais preferidos, em virtude da sua robustez e perfeita adaptação às terras pobres de pastagem primitiva.

O gado vacum, mais exigente na alimentação, só posteriormente foi introduzido, constituindo, em determinada época, a maior riqueza do povo.

A exploração do mel, actualmente viva e realizada pelo mesmo processo antigo, leva-nos a admitir, como aliás se deduz do texto do documento a que nos temos referido, que a apicultura, naqueles recuados tempos, foi uma industria que pesou na economia do lar, sendo explorada pelo sistema então generalizado de colocar, em determinados sítios incultos, silhas de cortiços.

Todavia, a pastorícia foi, como se conclui, a base económica de família. E, tão fundamental se tornou que, séculos depois, é a pastorícia que vem determinar uma estimativa ética e consuetudinária, impondo a divisão do povo em duas classes — a do cingeleiro e a do sara-patel.

Este era o criador de cabras, o homem que se fixou «para lá do Ribeiro» (*sic*) e que nunca saía da Glória; aquele, o cingeleiro, era o dono de carros e de vacas, o homem que ia «à borda do mar» (*sic*) e conhecia o mundo.

A política agrícola realizada com o fim de valorizar as terras, iniciada por D. Sancho e intensificada por D. Dinis, essencialmente devida às cartas de foral e, mais tarde, às leis agrárias fernandinas, revela-nos que a lavoura não teve um desenvolvimento uniforme e progressivo no País.

O Ribatejo foi uma importante zona de colonização em cujo solo se fixaram algumas levas de colonos estrangeiros.

Todavia, a despeito da capital importância em que era tida a agricultura e a despeito das instâncias reais, provadas em cortes, com o fim de promoverem o aproveitamento dos campos e o cumprimento de antigas determinações régias, o estado de decadência que se operou

a partir do Séc. XIV e se alastrou pelo reino, alarmando os concelhos, não foi evitado.

O Ribatejo do Sul possuía, especialmente no concelho de Coruche, extensas áreas incultas, como se infere da matéria capitular das cortes realizadas em Évora.

Naquele século, porém, o comércio esboçava uma orientação nova, ao mesmo tempo que os ofícios e a navegação começaram a desenvolver-se e a ganhar proporções dentro das actividades populares, operando profundas modificações económico-sociais.

Além destas causas gerais que devem ter criado um clima propício para o estabelecimento de uma nova directriz social, a rusticidade do lugar contribuiu, em grande parte e de uma forma particular, para que o habitante da Glória não fosse, nesta época, um lavrador.

Acompanhando a evolução geral do reino, foi um intermediário comercial e um criador de gado, empregando este no transporte dos produtos para os surgidoiros vizinhos, ligando a bacia alta do Sorraia com o exterior, através do Tejo.

Posteriormente, melhoradas as pastagens em consequência do arroteamento provocado pela necessidade de defesa das habitações contra os animais do mato, e, ainda, pela necessidade de obter outros recursos de alimentação, o povoador introduziu e adaptou uma raça bovina pouco exigente que, dadas as condições de resistência, melhorou e valorizou o seu ofício.

Não podemos estabelecer uma cronologia para a mudança operada no labor do habitante da Glória. Apegado à terra para o qual fora atraído mercê das regalias, que lhe foram concedidas com o fim de promover o desenvolvimento do agro, as referências e os depoimentos apenas nos permitem interpretá-las, enquadrando-a dentro das actividades da nossa sociedade moderna.

A presença do habitante da Glória nos surgidoiros, aonde as caravelas iam abastecer-se, mostra-nos como soube tirar proveito da localização geográfica do lugar e dos privilégios que lhe foram conferidos, desempenhando importante papel no tráfico do Tejo.

Tal ilação justifica-nos a completa ausência de artesarias de carácter familiar e o vínculo tradicional que a troca estabeleceu como meio de importação.

O Tejo, a via de maior importância económica ainda há um século, absorveu as actividades deste povo, determinando-lhe o seu mester.

O cingeleiro é, pois, uma consequência das modificações sociais produzidas pelo progresso científico, no campo da técnica naval, e pelo progresso comercial, que enriqueceu a burguesia e lhe deu o poderio que veio a ter, logo nos albores do Séc. xv.

O solo rústico onde o linho não vingava e onde não existiam pastagens para o gado ovino determinou que a mulher participasse nas tarefas do homem, mantendo-se alheia à arte de tecer e a outros labores de primeira necessidade, que tanto contribuía para a economia do lar.

D. Fernando, por carta passada em Santarém a 13 de Maio de 1367, isenta os povoadores de Santa Maria da Glória do imposto da sisa, não permitindo que lhes fossem impostas tomadias e extorsões sobre as bestas, em qualquer sítio em que se encontrassem e nas quais transportassem pão e vinho (Doc. n.º 3). Tal isenção, porém, só era válida, enquanto ali morassem.

Tal cláusula, constante neste e nos documentos de D. Pedro I, aliada ao facto do lugar não se encontrar referido no censo do Séc. xvi, leva-nos a admitir a hipótese de ter sido tomado, nesta época, por um lugar abandonado, cujos habitantes, movidos pela necessidade de procurar pastagem para o gado, teriam uma vida quase nómada.

Ainda há 60 anos, algumas famílias viviam como haviam vivido os seus antepassados. Possuíam as malhas do seu gado longe da aldeia e só raramente apareciam no lugar para adquirir alguns géneros alimentícios e artigos de vestuário.

As concessões e privilégios referidos naqueles documentos não obtiveram qualquer confirmação régia posterior. Esgotam-se, portanto, as fontes documentais relativas à Glória (1) e ao seu povo, deduzindo-se que o

---

(1) Uma carta de Barão da Glória, dada no Palácio das Necessidades a 6 de Julho de 1852, a José Leite Guimarães, abastado proprietário no Rio de Janeiro, onde foi negociante e Comendador da Ordem da Rosa, parece inferior que o lugar entrou na

cingeleiro teria prosseguido no seu mester tradicional, até que o incremento das vias de comunicação e dos transportes, a introdução de melhoramentos técnicos e de medidas legislativas, que favoreceram o comércio e a agricultura, durante o período da Regeneração, operaram a decadência que se verificou naquele ofício.

A abertura de estradas e o progresso do caminho de ferro e, mais tarde, a introdução do transporte motorizado, provocaram o abandono dos surgidoiros fluviais, limitando e condicionando a vida económico-social do cingeleiro da Glória.

A mulher teve, como se conclui do estudo dos costumes e das tradições do povo, uma função directiva superior à do homem. Enquanto este se ocupava com o carreamento dos produtos para os locais de embarque e dali para o interior, ela ficava olhando pelo gado e pelas crias, assumindo todas as responsabilidades da família.

Abandonando a pastagem «estasada» (1), até que os renovos lhe permitissem regressar; cavando umas leiras de terra; promovendo a economia do lar por meio de pequenos encargos ligados à pastorícia, a mulher da Glória teve, como tem actualmente, um lugar preponderante no seu agregado familiar e social.

Se a observarmos hoje, sentada no chão, dentro da sua própria casa, de pernas cruzadas; se fixarmos o seu rosto queimado pelas intempéries, em contraste com a brancura das têmporas, devido à protecção permanente do lenço, que põe na cabeça; se prescrutarmos a sua posição aprumada e silenciosa, teremos compreendido as longas vicissitudes experimentadas pelas gerações que lhe transmitiram a indiferença pela conforto e o

---

heráldica portuguesa da segunda metade do Séc. XVIII, à semelhança do que sucedeu com outros pequenos lugares.

Sem brasão de armas e com nota de extinto, o título encontra-se referido por Albano da Silveira Pinto (*in Resenha das Famílias Titulares*, Lisboa, 1890). Subsiste, porém, a dúvida, quanto ao lugar que deu origem ao título, apesar de não ser mencionado nas resenhas históricas de outras aldeias do mesmo nome.

(1) Diz-se, quando a pastagem se esgota num local. O vocábulo é usado pelos pastores e lavradores, no Ribatejo do Sul e no Alto-Alentejo.

sentido de previdência e economia com que sabe pre-caver-se.

Permanecendo na charneca ou seguindo, ela própria, com os filhos e com o gado, atrás do homem, quando a necessidade de melhores pastagens o exigia; na quietude como nessas caminhadas até às proximidades dos surgidoiros demandados pelo marido e nas quais permanecia até ao regresso deste, aprendeu a fortalecer a vontade sem nunca perder o amor àquele chão onde haviam nascido os pais e os avós.

A ermida de Nossa Senhora da Glória era o símbolo da união do presente com o passado.

\*

Percorrendo o trilho aberto pelos antepassados através da charneca e das terras alagadas do Paul de Magos, o cingeleiro continuou a procurar os surgidoiros próximos, localizados na esquerda do Tejo, à qual o povo dá, ainda hoje, o nome de «borda do mar» (1).

---

(1) A designação de «mar» não é casual. Encontrando-se viva no vocabulário e no cancionero deste povo, tem, contudo, uma origem antiga, como se prova com as referências que Gil Vicente faz, quando alude ao Tejo e seus esteiros — *braços de mar (sic)* — e às dificuldades experimentadas pelos barqueiros, causadas pelas correntes e pelas marés (Cf. *Auto da Barca do Inferno*, in «Ob. cit.», tomo II, pp. 244-245 e 265).

O chamado «Tejo Baixo» localizado entre Salvaterra e Sacavém, era formado por vários esteiros, que os antigos designavam por «mar», os quais se estendiam através de pequenas ilhas e mouchões. Desses braços, os mais importantes eram as conhecidas «Voltas da Andreza», ainda hoje lembradas em certas expressões do povo, o «Esteiro Grande», o «Mar de Aguião» e o «Mar da Pedra», que chegava ao «Esteiro do Boi», situado já nas terras interiores de Benavente.

O referido «Tejo Baixo», entulhado pelas marés, como refere o académico Estêvão Dias Cabral, baseando-se numa carta levantada em 1770 (Cf. *Memória sobre os danos causados pelo Tejo nas suas ribanceiras*, in «Memórias da Academia Real das Sciencias», Lisboa, tomo II, p. 155), era como o mar, pois tinha ali o mesmo olivel em todos aqueles esteiros. A maré quotidiana atingia-o, entrando ali por dois lados — pelo «Tejo Baixo» e pelo «Mar da Pedra» — causando inundações e prejuízos.

Nos depoimentos do Séc. XVIII (Padre Cardoso, *Dic. Geográfico*), consignam-se as designações de «portos de mar» aos surgidoiros de Benavente e Salvaterra, sendo o de Benavente,

A sua fortuna media-se, ainda há 50 anos, pelo número de carros e de cabeças de gado que possuía, como nas sociedades primitivas.

Naquela época, os portos demandados eram os seguintes: o Porto do Vau (1), o da Alameda, o dos Talhos, o Sabugueiro e o Porto da Palhota (2), depois também conhecido por Escaroupim.

O Porto do Vau, situa-se junto das «Salemas», abaixo de Salvaterra, num pequeno esteiro, dando passagem a pé, na ocasião da maré vazia.

O da Palhota, localizado numa embocadura denominada «Porta da Arca», estabeleceu, como ainda esta-

segundo a pormenorizada descrição do respectivo pároco, *fabricado pela natureza (sic.)*.

Nesta aludida descrição se referem as marés, os estragos causados por elas e os inconvenientes que impediam, naquela data, a navegação com barcos de quilha, em virtude da formação de *coroas de areia (sic)* devidas ao movimento das águas.

(1) Existe um outro porto com a mesma designação, localizado junto de Alcochete, na Ribeira das Enguias. Foi, contudo, de pouca importância para o tráfico da província, em virtude da restrita área que servia e dos perigos em que punha as embarcações, devido às marés e à natureza lodosa e lamacenta do leito do rio. A tais riscos, bem experimentados pelos antigos, alude Gil Vicente (Cf. *Triunfo do Inverno*, in «Ob. cit.», tomo II, p. 464).

Sujeita aos efeitos das marés, como dissemos, a Ribeira das Enguias oferece, naquele porto, passagem a pé, em determinadas épocas do ano, apresentando também águas doces, salobras e, a partir de Abril, águas salgadas.

(2) Existiu, no Sorraia, no concelho de Coruche, um Porto da Palhota, cujo pedido de conservação provocou uma demanda com Salvaterra de Magos.

A mercê foi concedida a Coruche, em virtude deste concelho alegar que era por aquele porto que se fazia, desde tempos antigos, o embarque dos seus produtos agrícolas e de outras terras do sul do Tejo.

O documento é datado de 1816 e acha-se exarado na Chancelaria de D. João VI, L.º 23, fol. 161.

Totalmente desaparecido, em virtude do assoreamento que provocou o desvio das águas do Sorraia, este porto localizava-se na Herdade da Palhota, situada a sul da Erra, entre a Herdade dos Pavões e a da Amoreira. As suas antigas delimitações iam de «matos maninhos, até à Ribeira da Erra», segundo o depoimento de um velho de 83 anos, criado de lavoura do Sr. António Teixeira.

belece, embora com mais reduzido movimento, a ligação do Ribatejo do Norte com o sul da província, por meio de uma barca, usada para transporte de peões, gados e mercadorias.

O Porto da Alameda, nas vizinhanças deste último, era procurado quando as marés e as cheias causavam danos naquele surgidoiro.

O dos Talhos, localizados junto da «Caneira», antes da vala que serve o cais de Salvaterra, era o porto onde se realizava o tráfico das grandes mercadorias expedidas de Lisboa, do Alentejo e do Ribatejo do Norte; e o Porto do Sabugueiro, situado entre Benfica do Ribatejo e Muge, assegurou a ligação, como ainda se verifica, de alguns concelhos do Ribatejo do Sul com o norte da província e a cidade de Lisboa.

De todos os surgidoiros referidos, os mais procurados pelo cingeleiro da Glória eram o Porto do Sabugueiro e o Porto dos Talhos. Ao primeiro levava os carregamentos destinados a embarque e no segundo recebia a chamada «madeira de água», que vinha Tejo abaixo, em jangadas, desde Santarém.

Provido de uma larga zona de estacaria destinada a aguentar as jangadas que transportavam a madeira expedida da área de Caxarias e Pombal, por via terrestre, até Santarém, seguindo daqui, rio abaixo, conduzida à vara, por homens experimentados, o Porto dos Talhos foi de grande movimento, dele dependendo, não só os carreiros, mas, ainda, uma população de carregadores e barqueiros, que ali tinham assegurada a sua vida económica.

O surgidoiro mais próximo era o de Escaroupim, mas o cingeleiro evitava-o pela dificuldade de embarque imediato, devido às marés e ao esforço que o gado dispunha para atravessar a zona de areia, que separa aquele porto da bifurcação do caminho que para lá conduzia, em Marinhais.

Ao Monte da Barca (Coruche), o cingeleiro ia permutar as suas cargas com os cereais e a cortiça que outros carreiros traziam do Alentejo, tendo-se estabelecido, naquele lugar, em dada época histórica, as suas relações com os alemães de Lavre, que vinham ao Esteiro do Boi, junto de Benavente, e ao antigo surgidoiro actualmente

conhecido como lugar, de nome «Casa do Carvão» (1), situado na Ribeira de Samora.

O Monte da Barca, situado no cruzamento dos caminhos, que ligam o Alentejo e a bacia alta do Sorraia com o Ribatejo do Norte e o extremo oeste da província, possuiu importante surgidoiro, cujas rendas e direitos pertenceram ao Comendador de Coruche, tendo este obrigação de manter ali, permanentemente, uma barca. Aquelas circunstâncias tornaram o referido Monte uma passagem obrigatória, ainda verificada na actualidade, a despeito do completo desaparecimento do aludido porto.

Os surgidoiros fluviais referidos encontravam-se, geralmente, no extremo ou no cruzamento de caminhos mais ou menos frequentados, desde a Idade-Média, tendo alguns destes subsistido, por razões de natureza geográfica, depois da decadência ou desaparecimento dos portos.

Nas suas viagens através da província, o cingeleiro da Glória procurava também alguns lugares interiores, como a Erra, a Lamarosa, a Raposa e outros, aonde ia buscar, para embarque, a lenha e a cortiça ali produzidas.

As estradas abertas pelo rodar do seu carro, ao longo dos anos, partiam da Glória, seguindo três direcções: para norte, para ocidente e para este.

A primeira atingia o Porto do Sabugueiro, atravessando o Granho, em direcção à Ribeira de Muge, seguindo depois pelo caminho vicinal da Archeda.

A segunda bifurcava-se no actual extremo da Quinta da Sardinha, na Freguesia de Marinheiros, junto da estrada que a atravessa, no local onde se encontra um marco

---

(1) Esta designação é moderna. Deve-se ao facto de ali ter existido um armazém destinado à guarda do cravão, que aguardava embarque.

Totalmente desaparecido, o surgidoiro localizava-se na actual Várzea de Samora, junto da ribeira do mesmo nome, que entrava no «Mar da Pedra», ainda no Séc. XVIII (Cf. Estêvão Dias Cabral, *Ob. cit.*, p. 186). Foi, como está determinado e aceite, um surgidoiro importantíssimo, na Idade-Média, tendo sido designado, durante os primeiros séculos da nacionalidade, por *Porto de Alcácer*.

As fadigas que os barqueiros ali padeciam e aos trabalhos provocados pelas marés alude Gil Vicente (Cf. *Auto da Barca do Inferno*, in «Ob. cit.», tomo II, p. p. 244-246).

daquela propriedade. Um dos ramos seguia para Escarpim, pelo sítio da Caturra. O traçado da outra ramificação atravessava o Paul de Magos, no sítio do Bornalho e ia para Salvaterra pelo lugar dos Farellos. Aqui, entroncava um ramo que seguia pelos sítios de Ramalhais e Teixeira e conduzia à Palhota.

A estrada que seguia para Coruche atingia o Cabeço da Estiveira e subdividia-se, na Agolada. Uma das ramificações seguia pelo Areeiro, em direcção à Raposa e aos Foros de Val Mansos; outra conduzia à Erra e à Lamarosa e, a principal, seguia por Santo Antonino e terminava no Monte da Barca.

Embora abandonados, estes caminhos podem ser observados, ainda, apesar de se encontrarem cortados, nalguns pontos, pelas estradas nacionais e comarcalas.

Dizem os velhos que, ainda há 35 anos, alguns cingeleiros saíam da Glória, com o seu carro chião, para a viagem dos antepassados. Das habitações, geralmente de mato, salientavam-se aquelas que eram construídas de taipa e cobertas de telha, pois a cortiça, por ser bem paga, era vendida para fora da aldeia.

A charneca da Glória era, pois, uma estação que distava, exactamente, um dia de caminho, dos portos demandados pelo cingeleiro.

Os carros deixavam a aldeia, alta madrugada, chegavam ao Monte da Barca (Coruche) onde se cruzavam os caminhos da bacia alta do Sorraia com o de Lavre e Montemor, faziam carga e, ao pôr do Sol, estavam na Glória.

Se o cingeleiro possuía gado suficiente para fazer a muda, no dia seguinte, ao nascer da manhã, partia para o Porto do Sabugueiro, aonde dava carga, antes do meio-dia, deixando ceivar o gado no Paul de Magos, até serem horas de regressar para casa.

No dia seguinte, outra viagem sucedia. O carro, chiando lugubrememente pelos caminhos, escolhendo sempre o melhor vau através dos espadanaes e das terras alagadas, seguia ao encontro da civilização das beiras de água, dando ao cingeleiro uma experiência do mundo, que o sarapatel, sempre atrás das cabras e dos burros, sem nunca sair da charneca, jamais possuiria.

Todavia, nesse encontro com o mundo exterior, nunca a sua alma se entregou a outros anseios que não

fossem os de viver e morrer na sua Glória. As cheias, as marés e as grandes estiagens eram a sua grande preocupação.

\*

A decadência dos portos ribeirinhos, essencialmente devida à abertura de estradas e de vias de caminho de ferro determinou lenta mas progressiva modificação na vida económico-social desta população.

A agricultura, limitada a uma pequeníssima área, teve aqui, como dissemos, um desenvolvimento tardio.

A necessidade de fomentar o progresso da lavoura, paralisada, durante séculos, pela improdutividade de certas zonas incultas, pelo descrédito e abandono em que se encontrou, por aviltação do trabalho rural aonde fora introduzido o escravo negro e, ainda, pelo estado social durante o domínio filipino, determinou que fossem aplicadas, no decorrer dos tempos, certas medidas que incentivaram os povos e os levaram a reduzir a cultura extensas parcelas abandonadas ou incultas.

A redução das coutadas (1), promovida com o fim de intensificar o aproveitamento dos campos, foi uma das normas que mais directamente impulsionou a agricultura da região. Extintas em 1821, com excepção das coutadas muradas, esta determinação, como a enfiteuse de outras zonas próximas, desenvolveu extraordinariamente esta área, dando origem à formação de núcleos populacionais importantes (2) e à fomentação da propriedade rústica da Glória, secularmente regida pelo sistema de logradouros públicos.

---

(1) No § 2.º do Alvará de 21 de Março de 1800, integralmente reproduzido no *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, Ano 9.º, n.º 1, p. 40, faz-se referência ao «sítio de Nossa Senhora da Glória», no passo onde se mencionam os limites das coutadas reais, já reduzidas naquela data.

Ali se refere também o «sítio do Marco Negro», ainda hoje conhecido por aquela designação, em virtude de, naquele lugar, ter existido um marco de uma daquelas coutadas.

Este lugar encontra-se na Agolada (Coruche), na estrada que liga a Lamarosa à sede do concelho.

(2) A Freguesia de Marinhais, criada por Decreto n.º 15 221, de 23 de Março de 1928, deve-se à enfiteuse, intensificada depois da abertura da estação do caminho de ferro. Para tal incremento

É tardia e já contemporânea, portanto, a evolução operada na vida do habitante de Santa Maria de Glória, em resultado dos fenómenos sociais dos últimos decénios.

---

contribuiu uma parte da Quinta da Sardinha, ainda no tempo dos Condes de Mangualde, e alguns tractos das terras da Casa Cadaval e da Casa Mayer.

A fixação de povos fez-se, originariamente, com os elementos humanos oriundos de Cantanhede (Tocha), Pombal (Guia, Freg. de Mata Mourisca)-e de Montemor-o-Velho (Resgatados, Freg. de Arazede), que vieram trabalhar, como serradores, nas matas da Casa Cadaval.

A referência mais antiga que conhecemos, quanto ao topónimo «Marinhais», data de 1474, encontrando-se no citado *Título dos Coutamentos de Santarém* (in «Livro Vermelho de D. Afonso V»).

Quanto à origem do topónimo sugerimos que esta pode ter sido tomada da sua localização geográfica, como sucedeu com tantos outros.

Situado junto ao Tejo, entre as águas do Paul, da Ribeira e da Barragem de Magos, a sul; entre o Vale da Amieira e o pinhal da Casa Cadaval, a norte (*Carta Corográfica de Portugal do Instituto Geográfico e Cadastral 31/C*), o seu termo é constituído, na maior extensão, pelo pleistocénico de terras baixas, formado por areias finas e alagadiças, de origem clástica.

Atendendo a estas circunstâncias e à proximidade da Barragem de Magos e dos surgidoiros do Tejo, parece-nos que o sentido de pluralidade do locativo *Marinhais* pode indicar as «beiras de água» pelas quais era fácil comunicar com o «mar» (= Tejo).

Cândido de Figueiredo (*Novo Dic. da Ling. Port.*, Lisboa, 1913) consigna *beira-mar* como sinónimo de *marinha*.

A interpretação de *marinhais* como proveniente de *camarinbais* é popular e moderna.

Os depoimentos recolhidos junto de pessoas idóneas confirmam-nos tal afirmação, em virtude de referirem que foi D. Carlos, quando inaugurou a via férrea do Setil a Vendas Novas, quem deu ao lugar aquela designação.

O lugar tomou, pois, o seu nome antigo, explicando-o o povo como proveniente de «camarinbais».

A sua designação antiga era a de «Foros de Muge» e os habitantes designavam-se «foreiros».

O Granho, situado na cota mais elevada da área que se estende da foz da Ribeira da Lamarosa à Ribeira de Muge, deve-se ao aforamento que a Casa Cadaval realizou, há cerca de 70 anos. O povoamento é resultado da fixação do elemento beirão (Pombal) e outros que se lhe juntaram posteriormente.

Modernamente, constitui já um importante núcleo o Alto do Estanqueiro, tendo contribuído para tal o aforamento e o parcelamento de certas propriedades. Além daquele referido núcleo, existe ali uma extensa área de casais dispersos, com tendência para se alargar.

O declínio e insuficiência dos portos fluviais; a revogação de certas doações tornadas livres e alodiais; a enfiteuse das zonas limítrofes; a instalação da linha do caminho de ferro, que liga o Setil a Vendas Novas e cujo traçado inicial atingia as terras da Glória; as estradas modernas, as leis do trânsito e respectiva proibição dos ruídos, provocaram a limitação progressiva, até ao termo final, dos mesteres ancestrais deste povo — a pastorícia e o carreamento.

Na data a que nos referimos — cerca de 1870 — o sarapatel da Glória vivia do produto da venda dos cabritos do seu rebanho, ali procurados pelos intermediários.

A soma pecuniária de maior importância realizava-a nas proximidades da Páscoa, pedindo, por cabeça, *um quartinho dobrado* (= 2\$40), ou *um pinto antigo* (= 480 réis) de boa prata.

A desproporção do quantitativo económico justifica-se com o valor da cotação atribuída, na aldeia, a esta moeda de prata, em função da matéria específica e em função do poder sobrenatural que, ainda hoje, lhe é atribuído.

As moedas de cobre (= *ferros*) eram gastas. Uma moeda de prata ou de ouro, jamais era trocada. Constituía uma parte da fortuna tão desejada, que era necessário esconder.

O cingeleiro, embora dispondo de outras e mais frequentes oportunidades, regulava-se também por aquela norma.

Os seus preços, naquela mesma data, eram os seguintes:

Carradas para os portos do Vau, da Alameda ou da Palhota: 1 talha (= 60 molhos) de carqueja da terra — 1 *quartinho dobrado*; 1 carrada de lenha da Lamarosa, do Monte da Barca ou da Raposa — 3 *quartinhos singelos*; cada saco grande de carvão do Monte da Barca — 1 cruzado novo; cada saco pequeno — 1 tostão.

Carradas para o Porto Sabugueiro: Por cada 2 *fardos* (= atados) de cortiça da Lamarosa, do Freixo, do Cantinho, ou da Raposa — 1 *quartinho singelo*; por cada 2 sacos de trigo do Monte da Barca — 1 pinto de prata; por cada 10 sacos de trigo *inteiros* (= sem roturas, geral-

mente praticadas pelos barqueiros), obrigando o cingeleiro a vigiar o embarque — 1 coroa de ouro.

Carradas de «madeira de água» transportada do Porto dos Talhos: Para o Monte da Barca, Erra, Lamosa e Raposa — 2 pintos de prata.

Estes preços dependiam, como aliás se prevê, da época do ano e do estado dos caminhos.

A economia era observada com rigor. As pequenas fortunas amealhadas por várias gerações de cada família sofreram uma redução apreciável com a crise financeira de 1891 e, muito especialmente, com a introdução posterior da nova unidade monetária — o escudo.

O primeiro aforamento das terras foi realizado há 60 anos e o segundo há 50.

O foro era leiloado em público, por lotes de terra. Nele se aplicaram os fundos pecuniários que jaziam enterrados sob uma das tejoleiras da chaminé, ou no canto mais sombrio e oculto da casa.

Nestas circunstâncias, a pastorícia foi duramente atingida, como já o havia sido o carreamento, não realizando, cada cingeleiro, uma média superior a quatro grandes carros anuais.

O cingeleiro, o mais arguto, empregou-se imediatamente nas grandes casas de lavoura de Muge e Salvaterra, como boieiro e carreiro. Vencidas as relutâncias, outros cingeleiros foram seguindo o mesmo caminho. E, atrás deles, foi o sarapatel, ocupando-se como *reparador* (= guarda) de terrenos ou de gado.

A Casa Cadaval, em Muge, e a Casa Roberto, em Salvaterra de Magos, absorveram quase totalmente os incolos da Glória, neste período de transmutação social, durante o qual se definem as duas classes modernas baseadas numa hierarquia económica — o laboreiro, dono de terras e o *serrote* (= cavador de enxada), desprovido de bens.

Tal determinante social não provocou, porém, a nobilitação do antigo sarapatel que, embora rico, foi considerado sempre de uma categoria inferior.

O conceito fez costume e, ainda hoje, os antigos ou seus descendentes, como os poucos cabreiros que persistem no seu labor tradicional, são referidos em termos displicentes ou irónicos.

Formaram-se, pois, há cerca de 60 anos, os primeiros «ranchos» de agricultores (1), iniciando-se uma vida de relação e de experiência que, lentamente, os vai habituando ao contacto com outras populações e outros costumes.

O povo, embora tornado *laboreiro* (= agricultor), não acompanhou o progresso cultural vigorosamente impulsionado no após-guerra, em virtude das condições de segregação que lhe foram impostas e em virtude do misoneísmo que o caracteriza. Ficou, pois, estacionado numa época, segundo o condicionamento dos seus costumes e da sua ética.

Contudo, o seu nível cultural não devia ter sido inferior, em dado momento, ao nível de outras populações rurais do sul. Nas suas tradições, na sua indumentária, na sua literatura oral e, especialmente, na sua linguagem, obtêm-se elementos comprovativos de que este povo trouxe, até nós, muitas das características do plebeu do Séc. XVI, interessando-se, como aquele, pelos feitos da nação e assimilando, embora tardiamente, o saber popular daquela época.

O agente introdutor daqueles conhecimentos foi o cingeleiro. Os portos fluviais aonde chegavam as caravelas da capital teria sido a escola onde aprendeu a cantar os romances e onde adquiriu, ao longo do tempo, o estado cultural em que permaneceu, até que a abertura de uma estrada, em 1952, depressa utilizada pelo transporte motorizado, o pôs em contacto com a civilização moderna.

\*

É esta, julgamos, a história de um povo humilde, que nada de belo e grande parecia ter para nos contar.

Dos seus eventos — marcos cronológicos na vida de cada família — sobrepõe-se a gesta que o levou a

---

(1) A Sr.<sup>a</sup> Rita Joana informou-nos sobre as jornas de então: Os homens, a cavar terra para arroz, ganhavam, por dia, conforme o seu despacho, 11 vinténs e 2 tostões; as mulheres recebiam, nas mondas, 6 vinténs ou 1 tostão; na ceifa do arroz, o homem ganhava 2 tostões e a mulher 11 vinténs; e na ceifa do *pão-pragana* (= trigo) aquele era pago a 2 tostões e a mulher a 9 vinténs.

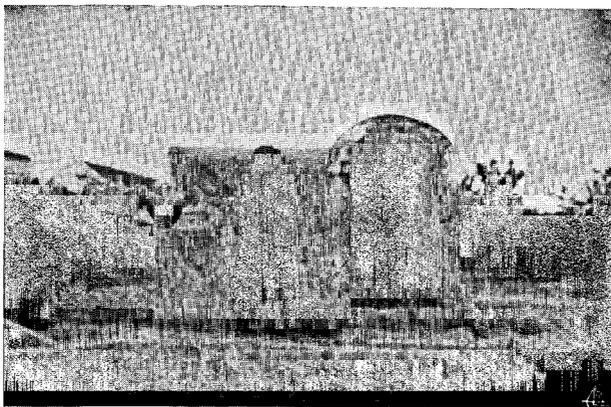


Fig. 9 — *Fonte de mergulho, com um acrescento, à esquerda, já moderno.*

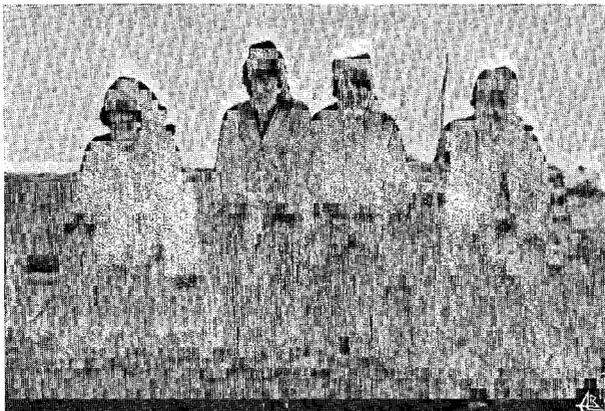


Fig. 10 — *Alguns informadores (da esq. para a dir.): Francisco Caneira, João Estaca, António da Gertrudes e António Francisco.*

Muge, a fim de se declarar contrário à colocação da linha do caminho de ferro dentro das suas terras, conseguindo fazê-la deslocar para fora da sua área.

Desta forma defendeu a sua integridade territorial, o seu isolamento do mundo e a preciosa vida dos animais que pastavam livremente, como nos tempos bíblicos.

As crianças e os velhos falam do rei D. Pedro I — «o nosso Rei» — com veneração e ternura familiar.

Referem-se, medrosamente, os *lôjeiros* (= lojistas), por causa das *dívidas de boca* (= sob palavra), desde o tempo que o «Tio» João Saloio e o «Tio» Esequiel Saloio vieram trabalhar nas obras de instalação do caminho de ferro e abriram, na aldeia, a primeira tenda.

É pronuncia-se, com excepcional admiração, o nome do «Tio» Francisco Pereira Caneira, o primeiro homem que, em 1822, *foi sorteado* (= assentou praça) e deixou a sua Glória para servir na tropa.

Contam-se aqueles trabalhos que o cingeleiro passava, quando ia a Salvaterra, já no *tempo das cabras presas* (= tempo da redução dos baldios), e tinha de levar consigo um bocado de sabão para ir aplicando nas rodas do carro, junto ao eixo, a fim de amortecer o ruído provocado pela rotação e poder entrar na vila. Mas, revive-se, também, a grande alegria que ele experimentava, no regresso, ao atingir o Paul de Magos. Ali permanecia, no meio da água, lavando cuidadosamente as rodas do carro para o seu gadinho ficar contente e andar ligeiro ao som daquele chiar estridente, que o vento alongava pela charneca e ao qual se haviam habituado: o cingeleiro, as suas vacas e os filhos que, lá num cômodo, tentavam captar aquela música que se aproximava com mil promessas de ventura para a família.

Da contribuição social deste povo, da sua vida obscura e do seu gênio grandioso de amor pela terra falam melhor aqueles monumentos que nos deixou: as estradas abertas pelos carros, em busca do «mar», rodando sempre, ao longo dos séculos, pelo mesmo trilho.

## DOCUMENTOS

DOCUMENTO N.º 1 (\*)

«que os gaados de sãta maria da gloria paçã em termo de sãtarem e muja e curuche e benauête e salua terra» — 1364.

«Dom pedro pella graça de deus Rey de portugal e do algarue a quantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee aos pobradores e moradores em sãta maria da gloria Tenho por bem e mando que os seus gaados paçam comendo as heruas e beuêdo as agoas em termo de santarem e em os termos de muja e de salua terra e de curuche e de benauête sem cooyma nã hũa nom embargando pusturas ou defessas que per esses qoncelhos ou per cada huũ delles seiam postas em qontrairo dello Com tanto que nom façam dãpno com seus gaados aos donos das herdades e aos lauradores dellas em seus paães e em suas lauoyras E se o fizerem mãdo que o corregam a vista de homẽs boõs E outro ssy mando que nos termos das ditas villas e de cada hũa dellas possam talhar sem cooyma nã hũa e leuar pera esse logo da gloria toda madeira que lhes qonprir de souereyros e de carualho pera suas casas e pera saa lauoirã e apeiro della E pera puçilgoões de seus porcos e pera curraães de seus gaados E elles deuem atalhar tal paaõ qual leuem E esto se entenda nas souereyras e carualhos que estam nas matas dos termos das ditas villas e char-

---

(\*) O traslado da chancelaria vale como original. É uma espécie de leitura nova com raros caracteres arcaicos, como aliás se verifica nos documentos n.º 2 e n.º 3.

Na transcrição deste e dos documentos seguintes desenvolvemos as abreviaturas, respitámos a virgulação, mantivemos os sinais diacríticos das vogais que os possuíam, tendo indicado o *caldeirão* pelo sinal // e substituído o *i* caudada pelo *j*.

Este documento foi integralmente publicado no *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 8.º Ano, n.º 4, p. 166.

necas dellas E outro ssy mando que elles possam laurar e fazer hortas e vínhas e pumares sem embargo nẽ huũ no dito logo de sãta maria da gloria e arredor del de cada cabo ataa hũa legoa Outro ssy mando que elles possam colher cortiça nas charnecas e matas dos ditos qoncelhos cada que lhes qonprir pera cobrir suas casas e pucilgoões e pera suas colmeas e cubertura dellas sem embargo nẽ huũ Outro ssy mando que elles possam matar caças nos termos da dita villa sem embargo nẽ huũ com seus caães e foroões e beestas e armadilhas saluo porcos monteses E estes preujlegios e liberdades mando que aiam os pobradores e moradores do dito logo da gloria em quanto hi morarem E em testemunho desto lhes mandey dar esta carta assignada per mjnha maõ e seelada do meu seelllo pendente dante em salua terra de magos xbij dias de feuereiro elrrey o mandou gomez pirez a fez era de mj l iiii<sup>c</sup> e dous anos».

*A margem:* «Concertado com original».

Arq. Nac. da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Pedro I, L.<sup>o</sup> 1, fol. 92/v.

#### DOCUMENTO N.<sup>o</sup> 2 (\*)

«que nom paguem jugada os de sãta maria da gloria» — 1364

«Dom pedro e etc a quantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee ao (*sic*) pobradores e moradores de sãta maria da gloria Tenho por bem e mando que elles seiam jssentos de nom paguarem Jugada do pam e do vinho

---

(\*) O presente documento vale como original. Encontra-se transcrito no *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 8.<sup>o</sup> Ano, n.<sup>o</sup> 4, p. p. 166 e 167.

Omitimos, na nossa cópia, as palavras *nem talhas* por se encontrarem riscadas no texto da chancelaria.

e doutras cousas que ouuerem E outro ssy que nom paguem em talhas nem ã fintas que seiam lançadas pera me pagarem alguũs seruiços que me pormeterom ou pormeteram os qoncelhos em cujos termos ouuerem esses beês ou pera outra qual quer razam pera que essas talhas seiam lançadas, outro ssy mando que seiam escusados de hir ã hoste nem em fosado nem em gallees nem com presos E este preujlegio e liberdades mando que aiam os que em este logo da gloria morarẽ em quanto hi morarem E em testemunho desto lhes mandey dar esta mjnha carta assignada per mjnha mão e seellada do meu seello pendẽte E os ditos moradores tenham esta carta dãte em salua terra de magos xbij dias de feureiro elrrey o mandou gomez pirez a fez era de mjl iiij<sup>c</sup> dous anos».

*A margem:* «Concertado com original».

Arq. Nac. da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Pedro I, L.º 1, fol. 92/v e 93.

### DOCUMENTO N.º 3 (\*)

«Priujlegios aos moradores de sãta maria da gloria»—1367

«//Dom fernãdo e etc a quantos esta carta vírem faço saber que eu querendo fazer graça e mercee aos poboadores e moradores de sãta maria da gloria tenho por bem e mãdo e defendo que nehuũ por poderoso que seia nẽ outro nehuũ de qual quer estado e codiçom que seia lhe nõ tomẽ nẽ mandem tomar as suas bestas em nehuũ lugar que hi teuerem em que carrem pam e vinho e suas viandas e as outras cousas que lhe forem cõprioyras pera elles e pera os que per esse camjnho dese logo da gloria forem e vierem//E Outro ssy mando que lhes nom tomẽ gualínhas nem roupas nẽ palhas nem ceuadas nem outra cousa nehũa

---

(\*) Vale como original.

das suas que hi teuerem quanto suas vontades. //Outro ssy mãdo que elles nom paguẽ no dito logo da gloria sisa daquellas cousas que no dicto logo venderem E este preujlegio mando que aiam os ditos moradores e probadores do dicto logo em quãto em esse logo da gloria morarẽ E lhes nom vaa nenhũu que ã ello e qual quer que lhe que ã ello for seiam certos que eu lho stranharey como aquelles que vaão que ã mandado do seu rey e senhor E em testemunho desto lhe mandey dar esta mjnha carta. dante emsãtarem xiiij dias de mayo elrrey o mandou per lourenço esteuez e aluaro dominguez seus vasallos joham vicente a fez era de mjl iiij<sup>c</sup> e v.»

*A margem*: «Concertado».

Arq. Nac. da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Fernando, L.º 1, fol. 18 e 18/v.

#### DOCUMENTO N.º 4 (\*)

«Dioguo Rojz carta da remda de nosa senhora da gloria» — 1525

«Dom joham etc A quamtos esta minha carta virẽ faço saber que a mim apraz por fazer esmolla a dioguo rojz cleriguo de missa morador em samtarẽ Darlhe ã sua vida a ermida de nosa senhora da gloria cõ seu asemto a si e pela maneira, guisa que o elle deuesem e a tinha jorje vaaz que ora faleceo E porem ho notifico a sy a quaees quer pesoas e quaees quer oficiaes a que o conhecimento desto

---

(\*) O pergaminho do livro está um pouco manchado. Apresenta também uma rasura na palavra *Rojz*. Não desenvolvemos esta abreviatura por termos dúvidas quanto ao patronímico representado (*Roiz* ou *Rodrigues?*).

Substituímos por um *y* e por um *i* simples as mesmas letras das palavras *mandey* e *mi*, reproduzidas com os sinais diacríticos, respectivamente do *i* e de nasalização (~).

pertenceer e lhe mado que lha leixẽ ter e posoir  
ẽ sua vida e per quamto em como dito he  
lhe faço della esmolla e per cõfiar delle que tera  
sempre a casa corrigida e limpa e o asemto melho-  
rado e acresẽtado e feitas bẽ feytorias e pera sua  
garda e minha lembrança lhe mandey pasar esta  
per mI asinada Dada ẽ a minha vila de monte moor  
ho nouo a biij dias de mayo bastião da costa a fez  
de j̃b<sup>e</sup>xxb».

Arq. Nac. da Torre do Tombo, Chancelaria de  
D. João III, L.º 8, fol. 71.

#### DOCUMENTO N.º 5 (\*)

«Manoel fernandiz — Seruir de hirmitão da Irmida  
de Nosa Senhora da gloria dita no termo de mugẽ»  
— 1642

«Eu EIRey faço saber aos que este Aluara  
Virem que hauendo Respeito ao que na petição  
atrax esCrita Diz Manoel *Fernandiz* e uisto que alegua  
com Informação que se ouue *pelo* prouedor, da  
Comarca da Villa de Sanctarem Hey por bem e  
me praz que elle sirua de Irmitão da Irmida De  
nossa Senhora da gloria Sita no termo da Villa  
de Mugem de que na dita petição faz menção aSim  
e da maneira que Seruirão os *outros* hirmitãos que  
antes delle o forão na ditta hirmida o que aSim  
me praz por a dita hirmida ser de minha data E  
apresentação e não da Camara da dita Villa de  
Mugẽ a qual elle Sera obriguado á ter limpa E conçer-  
tada como Comuem ao Seruiço de Nossa Senhora

---

(\*) As letras que, nesta cópia, se encontram reproduzidas em  
itálico, indicam a parte reconstituída da palavra, no local em que  
esta se encontrava danificada ou destruída.

Substituímos por um y simples a mesma letra das palavras  
*EIRey*, *Hey*, *Mayo* e *Rey*, que se apresenta com o sinal diacrítico do *i*.

pello que mando as Justiças Officiaes e peSSoas a que o Conhecimento disto pretençer deixem Seruir ao ditto Manoel Fernandiz de hirmidão da dita hirmida e lhe Cumprão e guardem este Aluara Inteiramente como nelle Se Conthem que ualera Como Carta Sem embargo da ordenação do Livro 2.º N.º 40 em Contrario Manoel gomes o fez em Lisboa a dous de mayo de mil seis çentos quarenta e dous João Pereira de Castellobranco o fez escrever Rey».

Arq. Nac. da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João IV, L.º 16, fol. 226

#### DOCUMENTO N.º 6

«Manoel fernandiz para Domingos fernandiz»  
— 1649

«EV ElRej faço saber aos que este Aluara Virem que auendo Respeito ao que na petição atraz Escripta di Manoel fernandiz Irmitão da ermida de nossa Senhora, da gloria no termo; da Villa, de mugem E etc As Cauzas que alegua E Informação que se ouue pelo Prouedor, da Comarca da Villa de Santarem Hej por bem e Me pras de lhe faser merce da Irmitaria da dita ermida; para Domingos fernandiz Seu filho para que Sirua de Irmitão della aSi e da maneira que Elle Manoel fernandiz Seruiu, Thegora E Como o fizerão os outros ermitães que Antes delle o forão a qual He de minha data, E apresentação E não da Camara, da dita Villa de Mugem E elle Sera oBrigado a ter a dita Irmidada limpa E consertada Como Comuem, ao Seruiço de nossa Senhora, Pello que Mando as Justicas officiaes E pessoas, a que o Conhesimento, disto pertençer deixem Seruir ao dito Domingos fernandiz, de Irmitão da dita Hermida E lhe Cumprão E guardem, este Aluara Como nelle Se conthem que valera

como Carta Sem embargo a hordenação do Livro 2.º Numero 40 em Contrario com declaração que Sera oBrigado a Sustentar ao dito Seu paj em Sua Vida Manoel gomes o fez em Lisboa a des de Junho de mil Seis çentos, quarenta e noue João pereira de Castello Branco o fez esCreuer Rej».

Arq. Nac. da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João IV, L.º 15, fol. 214.

DOCUMENTO N.º 7 (\*)

«Descripção da Villa de Muja» — 1758 (?)  
(*Excerto*)

«13 — As hermidas, que há no Limite desta Parroquia São as Seguintes. A primeira e principal he a de Nosa Senhora da Gloria, onde se venera hũa Imagem da mesma Senhora, que he Iman dos Corações de todos, os que a vem; por que he muito formosa, e perfeita, e há tradição de ser feita pelos Anjos, e a perfeição da mesma Imagem assim o inculca, e não menos a singularidade de nunca se lhe no rosto: esta Ermida he do padroado Real, por ser fundação del Rey Dom Pedro o primeiro, por occasião do seguinte Succeso digno de memoria.

Andando o dito Rey á caça por aquelle Sitio Viose repentinamente quasi Sumergido em hũ pégo, e esteve em tanto perigo, que perdido da Sua Comitiva, e não o achando esta dipois de muitas diligencias Se recolheo a Almeirim muito triste dando a ElRey por perdido, e morto; porém passado algum tempo

---

(\*) Transcrevemos apenas um excerto do cap. 13.º dos interrogatórios da vila de Muge, por considerarmos o documento demasiadamente longo e sem interesse para o nosso estudo. Não se encontra datado, nem assinado, estando, portanto, incompleto.

No texto da nossa cópia substituímos por y simples a mesma letra da palavra *Rey*, reproduzida no original com acento agudo.

apareceu El Rey Contando o que lhe tinha Succedido, e que chamando por nosa Senhora para lhe valer naquelle perigo, esta lhe apparecera, e livrára delle, mandandolhe lhe sendasse naquelle Lugar caza, em que fose venerada: Em Cumprimenro deste preceito mandou El Rey fazer adita Ermida, que não he piquena, mas correspondente á Architectura daquelle tempo. Desta fundação há memória em hũa pedra, que está no frontespicio da mesma Ermida, que escripta em Letra gotica Relata o mesmo Successo.

El Rey não só mandou fazer adita Ermida, mas tambem Signatou alguma renda para seu guisamento, e para Se Conservar alampada acesa diante da Imagem, e deo grandes privilegios a todos os que quisessem ir habitar, e povoar aquelle sitio, para que assim melhor tivesse Continuado Culto, em memoria, e agradecimento do beneficio recebido; porem hoje por Incuria daquella pobre gente não se lhe paga o guisamento Signallado, nem Se lhe guardão os privilegios, por que Se esquecerão de os confirmar: E pelo que respeita á Imagem diz a tradição dos antigos, que mandando-a El Rey fazer por varios esculptores nunca lhe sahira conforme ás informações, que elle dava Segundo as especies, que lhe ficarão da imagem, que no perigo lhe appareceu, he que hũs forasteiros desconhecidos se offercerão para a fazerem, e com effeito fizeram a que hoje se venera por Sahir muito do agrado del Rey, e muy Conforme á ideia, que Conservava, da que vira, e querendo o ditto Rey remunerar a obra, não foi possivel achar aos dittos forasteiros, que a fizeram, e este he o principio em que se funda a tradição já ditta de ser feita a dita Imagem pellos Anjos».

Arq. Nac. da Torre do Tombo, Dic. Geog do Padre Cardoso, Vol. XXV, C, n.º 255, p. 1899.